



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, CULTURAS E
ESPACIALIDADES

ROSANGELA LAURENTINO BRITO

PATRIMÔNIO, MEMÓRIAS E SILÊNCIOS:
A CASA DE CÂMARA E CADEIA DO CRATO, DE CÁRCERE À MUSEUS.

FORTALEZA - CEARÁ

2023

ROSANGELA LAURENTINO BRITO

PATRIMÔNIO, MEMÓRIAS E SILÊNCIOS:
A CASA DE CÂMARA E CADEIA DO CRATO, DE CÁRCERE À MUSEUS.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História em área de concentração Culturas e Espacialidades. Orientadora: Prof.^a Dra. Marcelia Marques do Nascimento.

FORTALEZA - CEARÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Estadual do
Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados
fornecidos pelo(a)

Brito, Rosangela Laurentino.

Patrimônio, memória e silêncios: a Casa de Câmara e
Cadeia do Crato, de cárcere à Museus. [recurso
eletrônico] / Rosangela Laurentino Brito. - 2023.
94 f. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de
Mestrado Acadêmico Em História, Culturas E
Espacialidades, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof.e Pós-Dra. Marcelia Marques do
Nascimento.

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Casa de Câmara e
Cadeia do Crato.. I. Título.

ROSANGELA LAURENTINO BRITO

PATRIMÔNIO, MEMÓRIAS E SILÊNCIOS:
A CASA DE CÂMARA E CADEIA DO CRATO, DE CÁRCERE À MUSEUS

Mestrado Acadêmico em História, Culturas e Especialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História, em área de concentração Culturas e Especialidades. Orientadora: Prof.^a Dra. Marcelia Marques do Nascimento.

Aprovada em 22 de setembro 2023.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Marcelia Marques do Nascimento (UECE)
(Orientadora)

Prof.^a Dra. Lidia Noemia Silva dos Santos (FECLESC/UECE)
(Avaliadora externa)

Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz (UECE)
(Avaliador interno)

Prof. Dr. Samuel Carvalheira de Maupeou (UECE)
(Suplente)

A memória diminui... se não for exercitada.

Cícero

AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos de mestrado muitas pessoas tenho a agradecer e cada uma delas tem sua especificidade e importância ímpar, no entanto nesses agradecimentos escritos serei bem breve. Primeiramente quero agradecer a minha orientadora, Dra. Marcélia Marques do Nascimento, que chegou quando “o barco já estava andando”, mas abraçou minha pesquisa de forma tão acolhedora, acreditou no meu trabalho e em mim como pesquisadora mesmo sem me conhecer, me tratando de forma tão humana e leve. E foi tão satisfatório conhecer seu trabalho no ramo do patrimônio, suas experiências e indicações de leituras pontuais e assertivas para que eu pudesse chegar aos objetivos do meu texto. Além da sua excelência como docente, que me inspira muito, também é um ser empático, divertido, humano, humilde, leve e que espero levar sua amizade para vida. Agradeço ao professor Dr. Marcos Diniz que como coordenador do mestrado sempre esteve gentilmente prestativo a tirar minhas dúvidas e solucionar problemas, além disso não esquecerei de um fato que nos ocorreu, quando mesmo doente ele me autorizou ir a sua residência para que eu pudesse pegar uma assinatura sua para um trabalho que estava precisando muito em um momento financeiro bastante delicado para mim. A minha gratidão a professora Dra. Fátima Maria Leitão Araújo, quem aceitou gentilmente que eu pudesse fazer meu estágio nas aulas com ela, e além de enriquecer meu campo de conhecimento sobre patrimônio, me acolheu com cuidado e zelo, entendendo os meus horários e situação financeira, chegando a me dar carona para casa depois das aulas e sempre preocupada em saber se eu estava bem. Eu simplesmente me apaixonei pela pessoa e profissional incrível que ela é e que com certeza também é alguém que me inspirarei para sempre. Ao professor Dr. Joaquim dos Santos, que tenho a honra de tê-lo como amigo, quem me incentiva desde quando nos conhecemos na minha graduação, a progredir como pesquisadora e quem foi meu maior apoiador para que eu pudesse participar da seleção de mestrado. Agradeço a colegas do curso que estiveram presentes e proporcionaram trocas ricas com seus trabalhos, com dicas sobre a escrita, publicações e etc. Mas excepcionalmente ao meu amigo a quem sou muito fã como pessoa e historiador, é doutorando pela Universidade Federal da Bahia: Johnnys Jorge Gomes Alencar. Desde a faculdade sempre me socorre como

que um coorientador e que durante essa minha pesquisa me ajudou a encontrar textos, pessoas e ideias enriquecedoras, além de todo o apoio psicológico, doação de tempo e de escuta. Ao meu amigo Sandro Bessa Gomes, quem me acolheu com casa, comida e muito amor, me proporcionou um lar e um presente maravilhoso que é viver na Taíba cercada por tanto cuidado e consideração. Ganhei não só um lar, mas também um irmão que já faz parte da minha família. E por fim, mas com maior importância, aos meus pais Maria Virgínia da Silva e Manoel Alfredo da Silva que acreditam em mim desde sempre, que são meu motivo e inspiração de todos os dias para continuar. Um casal simples, sertanejo, trabalhadores de roça, com quase nenhum estudo escolar, que resolveram me criar mesmo com seus filhos biológicos já adultos, dividindo o seu pouco em questão material, mas multiplicando o seu infinito amor. Tudo que sou como pessoa e força devo a eles. Sempre fizeram o melhor para que eu pudesse ter a melhor garantia e herança da vida: o estudo.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva construir conhecimento histórico sobre a produção das memórias relacionadas à antiga Casa de Câmara e Cadeia Pública do Crato, na região do Cariri cearense, as relações dessas memórias com o patrimônio e o seu cotidiano. Símbolo de poder e força, a instituição que abrigava a antiga Cadeia do Crato funcionou de 1816 até 1972. No debate historiográfico contemporâneo, estudos vêm construindo saberes sobre os chamados “novos patrimônios”. Dentro deste rol, o chamado “patrimônio difícil ou sombrio” é marcado por ser “palco” de experiências dolorosas, inseridas em relações de poder institucionalizadas, a exemplo das prisões, dos manicômios e leprosários (MENEGUELLO, 2020, 2014). Esse “patrimônio da dor” coloca em cena sujeitos marginalizados, instituições de poder e demandas contemporâneas voltadas aos direitos humanos (BAUER, BORGES, 2018). O conceito memória é essencial para o estudo, pois será a base das reflexões. A experiência estudada demonstra que existem memórias que não são projetadas publicamente sobre a Cadeia, muitas permanecem silenciadas. A pesquisa foi desenvolvida através da utilização da *metodologia da História Oral*, dando destaque ao alcance social das memórias dos sujeitos históricos que foram presos na cadeia na segunda metade do século XX, de seus familiares e demais contemporâneos. Com esse procedimento metodológico, a entrevista oral assume o núcleo da investigação, dando destaque as subjetividades das narrativas (MONTENEGRO, 2010; PORTELLI, 2016). Além das fontes orais, também são utilizadas fontes escritas, como jornais, publicações em periódicos e a própria historiografia regional.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio; Casa de Câmara e Cadeia do Crato.

ABSTRACT

This research aims to build historical knowledge about the production of memories related to the old Town Hall (Casa de câmara) and Public Prison of Crato, in the Cariri region of Ceará, the relationships of these memories with heritage and their daily lives. A symbol of power and strength, the institution that housed the old Crato Prison operated from 1816 until 1972. In the contemporary historiographic debate, studies have been building knowledge about the so-called “new patrimony”. Within this list, the so-called “difficult or dark patrimony” is marked by being a “stage” for painful experiences, inserted in institutionalized power relations, such as prisons, mental hospitals and leper hospitals (MENEGUELLO, 2020, 2014). This “patrimony of pain” highlights marginalized subjects, institutions of power and contemporary demands focused on human rights (BAUER, BORGES, 2018). The memory concept is essential for the study, as it will be the basis of reflections. The experience studied demonstrates that there are memories that are not publicly projected onto the Prison, many of which remain silenced. The research was developed using the Oral History methodology, highlighting the social reach of the memories of historical subjects who were imprisoned in prison in the second half of the 20th century, their families and other contemporaries. With this methodological procedure, the oral interview assumes the core of the investigation, highlighting the subjectivities of the narratives (MONTENEGRO, 2010; PORTELLI, 2016). In addition to oral sources, written sources are also used, such as newspapers, publications in periodicals and regional historiography itself.

Keywords: Memory; Patrimony; Town Hall (Casa de Câmara) and Crato Prison.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Museu Histórico do Crato (Antigo Prédio da Casa de Câmara e Cadeia)	22
Figura 2 - Chapada do Araripe.....	23
Figura 3 - Praça da Sé, Crato.....	27
Figura 4 - Planta baixa da Casa de Câmara e Cadeia do Crato.....	34
Figura 5 - Corte Longitudinal e transversal da Casa de Câmara e Cadeia do Crato	35
Figura 6 - Rua Miguel Lima Verde, Crato, década de 1930	47
Figura 7 - Placa do Museu com antiga nomenclatura.....	54
Figura 8 - Materiais dos indígenas kariris: cachimbo, material de caça, um pequi esculpido numa pedra.....	55
Figura 9 - Urna funerária dos indígenas kariris.....	56
Figura 10 - Objetos que, segundo funcionários do museu, pertenciam a Bárbara de Alencar.....	56
Figura 11 - Máquina de hidratar cabelo.....	57
Figura 12 - Carro de propaganda comercial que andava pelas ruas do Crato.....	63
Figura 13 - Josefa Joana Da Conceição Guerra (Dona Zefinha Guerra)	76
Figura 14 - Pátio da antiga Cadeia do Crato.....	79

LISTA DE ABREVIADURAS E SIGLAS

CGID	Coordenador-Geral de identificação e reconhecimento
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
ICC	Instituto Cultural do Cariri
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DE CÂMARA E CADEIA À MUSEU: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÕES DO ESPAÇO	22
2.1	A Antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato	26
2.2	“Se era pra tombar, tombei!”	35
3	O MUSEU HISTÓRICO E O MUSEU DE ARTE: AS RESSIGNIFICAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ARQUITETÔNICO-ESPACIAIS	49
3.1	A criação do museu histórico e do museu de arte na cidade do Crato, no final do século XX.....	54
3.2	Memória e Silêncio	60
4	MEMÓRIAS DA CADEIA, MEMÓRIAS DO EDIFÍCIO, MEMÓRIAS DO DIFÍCIL	65
4.1	Lembranças de um “arremedo de prisão”	69
4.2	Cotidiano e memórias	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICE	92

1 INTRODUÇÃO

A preservação da memória da nossa cultura é fundamental como referencial a história dos antepassados. A conservação de bens imóveis que constituem o acervo arquitetônico da cidade do Crato, impescinde de conservação para continuar como marco vivo de conhecimento às gerações futuras, tornando-se imune a ação destruidora do tempo e dos homens.¹

Por meio do patrimônio histórico e cultural de uma cidade os transeuntes, sejam esses pesquisadores e/ou habitantes, conseguem mapear os lugares de memórias e as narrativas que se consolidam em torno da história e das espacialidades, pois, entendemos que o patrimônio de uma cidade pode ser considerado um “lugar produtivo”². Na cidade do Crato, localizada na região do Cariri cearense³ e situada no extremo-sul do estado, os bens imóveis que serviam de vestígios e sintetizavam a história da arquitetura da cidade foram, em sua maioria, ao longo das últimas décadas sendo demolidos, dando lugar a prédios comerciais e residenciais modernos. Esses últimos, desprovidos dos significados que a intelectualidade de cidade elaborou em torno da história: a de cidade da cultura. Para a elaboração da representação “cidade da cultura” para nomear o Crato foram utilizados vários episódios históricos, mas principalmente os pioneirismos que a cidade colecionava em relação às outras da região.⁴ Entre os pioneirismos utilizados para reforçar essas representações podem ser listados o fato de ter sido a

segunda freguesia criada na região (1762); o primeiro povoado a ser elevado à condição de vila (inaugurada em 21 de Junho de 1764, com o nome de Vila Real do Crato); o primeiro a ser

¹ LANDIM, Vasques. **Ofício/Requerimento de prédios da cidade do Crato-CE**. Processo Digitalizado - Volume Vol_1_Parte_1 (0395523) SEI 01458.000097/2013-78 / pg. 13

² SANTOS, Milton; SEABRÁ, Odette Carvalho de Lima; CARVALHO, Mônica de; LAITE, José Corrêa. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2001. Acesso em: 15 jun. 2023.

³ A região do Cariri cearense fica localizada no extremo sul do Estado do Ceará, composta por 29 Municípios, a seguir listados: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteirás, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.

⁴ Cf. VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, 2011.

elevado ao foro de cidade (17 de Outubro de 1853); a primeira cabeça de comarca no sul do Ceará (criada em 1816).⁵

Assim, nesta dissertação, investigaremos como foram estabelecidas as relações entre o patrimônio e a memória no Crato a partir da Casa de Câmara e Cadeia. Pois, sabemos que os usos do patrimônio e da memória na construção da história de uma cidade não são tomados de forma natural e/ou com sentido em si⁶, portanto, passam por processos de reapropriação, silenciamento e disputas. No caso do prédio da Casa de Câmara e Cadeia, ele encontra-se entre os prédios tombados a nível estadual, assim, um lugar que é minimamente entendido como importante para a cultura e história da cidade, mas silenciado no acervo dos Museus que estão sediados no próprio prédio, Museu Histórico do Crato e Museu de Arte Vicente Leite.

Tratando do prédio, lembramos que em 14 de abril de 2004, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará tombou a Casa de Câmara e Cadeia do Crato como patrimônio cultural. A figura jurídica do tombamento deste imóvel colocou em cena o valor histórico, cultural e arquitetônico do monumento, demonstrando sua relevância para a História do Ceará e do Cariri. Afinal, o Crato foi uma das vilas mais prósperas do Ceará do século XIX e um dos municípios de maior poder econômico, intelectual e cultural do interior cearense da primeira metade do século XX⁷.

No entanto, em 1972 a Cadeia Pública do Crato deixou de funcionar naquele prédio. Afinal, o mau cheiro dos seus interiores e as imagens dos pobres presos incomodavam a sociedade cratense que frequentava a Matriz de Nossa Senhora da Penha e a Praça da Sé, perímetro em que o prédio também está situado. Naquele momento, foi necessário mudar os ares do seu contorno. E o antigo prédio da Câmara e Cadeia passou a abrigar o Museu Histórico do Crato e o Museu de Arte Vicente Leite. O primeiro, por sua vez, passou a preservar e expor objetos da cultura material contando episódios da História do Crato e do Cariri, sobretudo acontecimentos para serem comemorados e celebrados; já o

⁵ Cf. CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 19.

⁶ GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Memória em rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, dez. 2015.

⁷ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

segundo, guardava acervo artístico riquíssimo, a exemplo de aquarelas pintadas por José dos Reis Carvalho, de quando estive no Ceará na Comissão Científica de Expedição, objetos quais ainda se encontram nos acervos da instituição.

Atualmente a Casa de Câmara e Cadeia é uma referência da construção da memória cultural (arquitetônica) dos cratenses e também deveria ser um dos principais pontos turísticos da cidade, por abrigar em um único prédio o acervo de duas importantes instituições museológicas. Essa construção teve que ser fechada pelas precárias condições em que se encontrava, quando anunciado que passaria por reforma há quase dez anos e não sendo reaberto desde então. O prédio trata-se de um monumento pomposo da cidade do Crato, no entanto, não existiu pressão popular para que essa reforma fosse garantida, o que mostra, em alguma medida, certo esvaziamento cultural na cidade da cultura.

Portanto, se na memória escrita e nos acervos museológicos há uma tentativa de silenciamento sobre o cotidiano da Cadeia e as formas de controle social sobre os presos, nas memórias orais dos cratenses, as experiências são rememoradas, ora lembrando presos e formas de dominação social e moral, ora subvertendo a ordem, apontando resistências e práticas cotidianas diversas. A partir dessas considerações é que lançamos mão da seguinte problematização. Como o Museu Histórico do Crato, que teria como função principal ser guardião da história, acabou por ignorar as próprias memórias em torno do prédio que o abriga? Assim, estabelecemos como objetivos não apenas as memórias em torno do prédio e sua patrimonialização, mas as próprias tensões e silenciamentos dessas nos acervos museológicos abandonados. Pois, este também é um trabalho que discorre sobre a Casa de Câmara e Cadeia do Crato e os Museus. O prédio, as memórias e as relações que ocorreram a partir da edificação é em alguma medida um elo entre essas duas instituições. Que aparentemente tão distantes e ao mesmo tempo uma abrigando a outra.

Cabe notar, portanto, a importância desse patrimônio edificado como fomentador e evocador de memórias, mas também como estrutura física que possibilitou a intersecção de diferentes experiências em torno de um mesmo espaço. Pois, se entre os trabalhos de um Museu Histórico é a mediação de experiências históricas, principalmente a partir de objetos, a edificação deveria ser considerada em sua potencialidade, como elemento capaz de despertar, nos

sujeitos que fazem essa aproximação, memórias e narrativas em torno dos próprios significados elencados pelo patrimônio edificado.

Quando realizado estudo preliminar (monográfico) para a conclusão do Curso de graduação em História, percebemos que relações familiares e sexuais, conflitos amorosos e brigas entre internos, consumo de bebidas alcóolicas, troca de favores e muitas outras experiências silenciadas relacionadas à Cadeia estão presentes nas memórias orais dos moradores da cidade, de ex-detentos e ex-carcereiros, por exemplo. Assim, esse monumento é símbolo do poder institucionalizado, mesmo reconhecido como patrimônio cultural na contemporaneidade, carrega marcas de dor e sofrimento, aspectos presentes nas “memórias subterrâneas”⁸. Com a mesma relevância, experiências cotidianas e algumas inesperadas também são rememoradas pelos cratenses. Em uma das entrevistas o interlocutor ao rememorar fatos sobre a Cadeia lembra como foi o caso da prisão do “pai da mata”⁹, um homem, refugiado na Chapada do Araripe, sem roupas e com longos cabelos, que foi amarrado e levado arrastado até a Cadeia, o que despertou a euforia das pessoas curiosas para ver o chamado “pai da mata”. Ele foi preso acusado de sacrificar animais.¹⁰

Essas narrativas nos ajudam a entender que ao mencionar “antiga Cadeia” ou “Casa de Câmara e Cadeia” lembranças são destravadas em função do que o prédio e as experiências construídas em seu entorno representam. Embora hoje a Cadeia seja um patrimônio cultural dos cratenses e do Ceará, pouco sabemos sobre como as pessoas que foram presas na Cadeia viviam e se relacionavam com as forças que os isolavam, já que o corpo é o alvo do poder¹¹. De igual modo, não sabemos como a sociedade cratense do século XX construiu saberes e dizeres sobre essa importante instituição de poder e sobre seus sujeitos.

⁸ POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, pp. 3-15.

⁹ O “Pai da mata” é um ser do imaginário social. Sobre sua presença nas memórias dos caririenses, ver a dissertação de mestrado em História: BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. **Oralidade, memória e tradição nas narrativas de assombrações na região do Cariri**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

¹⁰ Entrevista realizada com Abidoral Jamararu, em 07 de maio de 2016, no Museu Histórico do Crato. 68 anos. É cantor e compositor. Duração: 15 min. e 11 seg.

¹¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008; FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 35ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

O conceito de memória será essencial para o estudo. Para dialogar com ele faremos uso da noção presente em *História e Memória*, de Jacques Le Goff¹². Na sua compreensão, a memória é uma construção histórico-social. A partir daí, dialogamos com a ideia de memória social, tomando esta como um processo contínuo de construção e reconstrução de significados, envolvendo aspectos da vida individual e social¹³.

Como as memórias em torno do prédio da Cadeia nem sempre são desejáveis e representadas e/ou rememoradas, muitas das vivências relacionadas ao monumento permanecem silenciadas, como se ficassem nas memórias subterrâneas da cidade. Assim sendo, as discussões sobre *Memória, Silêncio, Esquecimento* escrita por Michael Pollak são importantes, bem como suas reflexões sobre *Memória e Identidade Social*¹⁴. Em ambos os trabalhos, a noção de memória como construção social, marcada por relações de poder que tentam afirmar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido são pertinentes para este estudo, pois demonstram o cenário político das disputas e enquadramentos de memórias.

Outrossim, levando em consideração a proposta da pesquisa, optamos por trabalhar com a ideia de cotidiano presente nas produções de Michel de Certeau¹⁵. Para esse historiador, o cotidiano é uma construção de muitas práticas ordinárias e inventivas. Ela não segue obrigatoriamente ordens impostas por instituições ou autoridades políticas. Isso não quer dizer que o cotidiano não seja um “lugar” politizado. Nas esferas privadas e cotidianas há micropoderes e resistências quase invisíveis. No dizer de Certeau: “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”¹⁶.

¹² LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

¹³ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016; FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.

¹⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212; POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, pp. 3-15.

¹⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. v.1. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007; CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. v.2. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. v.1. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 38.

Para Certeau, o cotidiano é o lugar da invenção¹⁷. Assim, a vida comum e o anonimato das pessoas possibilitam a invenção de práticas capazes de expressar a interpretação que elas fazem do mundo, suas resistências e/ou formas de liberdades, como oposições às estruturas e instituições de poder. Desse modo, as interpretações dos sujeitos e os desvios de comportamentos são importantes canais de acesso à cotidianidade. Ou seja, os sujeitos históricos encontram ou constroem fissuras/brechas no cotidiano para inverter a ordem e as formas de poder institucionalizadas. Logo, o cotidiano é também o lugar da surpresa, da criatividade, das resistências quase invisíveis, das formas inventivas e surpreendentes de sobreviver, enfim, de inteligências múltiplas. Portanto, práticas cotidianas ordinárias reorganizam e reinventam valores e normas sociais.

Também trabalhamos com a metodologia da História Oral. Essa opção metodológica poderá contribuir para a compreensão do processo de construção das memórias sobre a antiga Cadeia Pública do Crato, dando destaque ao alcance social das memórias dos sujeitos históricos que foram presos na segunda metade do século XX, de seus familiares e demais contemporâneos. Assim, as subjetividades dos narradores ganham destaque¹⁸. Com esse procedimento metodológico, a entrevista oral assume o núcleo da investigação¹⁹.

Nesse contexto, como a história oral possui uma tipologia, é importante mencionar que a produção das entrevistas seguirá os procedimentos da história oral temática. Essa é compreendida como uma das modalidades para o desenvolvimento de pesquisas a partir da realização de entrevistas orais. Nesses casos, um foco temático ajuda a nortear a produção das entrevistas orais²⁰, pois como Portelli²¹ ensina, estas são fontes produzidas, logo são parciais, subjetivas e dialógicas, o que demonstra a fecundidade e pluralidade

¹⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. v.1. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

¹⁸ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006; JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2ª ed. Fortaleza: Premius, 2011.

¹⁹ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010; PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

²⁰ MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007. Todas as entrevistas utilizadas nesse trabalho foram realizadas com o consentimento dos entrevistados.

²¹ PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016; PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

dos estudos sobre memória oral e História. Conforme Verena Alberti, é o reconhecimento da ação da memória²².

No que diz respeito aos outros *corpus* documentais que trabalhamos nesta dissertação, entendemos que as fontes de uma pesquisa são constituídas pelos vestígios deixados pelos homens e passíveis de reconstituir fragmentos do passado²³. No entanto, estabelecemos relações com os documentos escritos (artigos, textos jornalísticos, processos de tombamento) para nomearmos e apreendermos os mesmos enquanto fontes para a pesquisa. Pois, as entendemos enquanto “uma construção permanente” e devemos reconhecer as próprias historicidades que estão em torno das construções da pesquisa²⁴.

Partindo dessa concepção, tomamos a própria cultura material, patrimônio edificado, como um documento, pois, em concordância com Marcelo Rede, reconhecê-la como documento trata-se de uma intervenção da(o) historiadora(o) em lhe atribuir essa condição, quando lhe confere valor específico, conduz informações e o situa em um determinado estágio²⁵.

No entanto, se tratar a cultura material é premissa importante para as nossas análises, entendemos a partir dos estudos de Ulpiano Menezes que “desdocumentalizar” é outro procedimento elementar na hora de analisar esses vestígios. Pois, é necessário “por intermédio de um ato intelectual, imaginar a cultura material reinserida em seu contexto, funcionando como coisa socialmente viva, a fim de, só então, poder explicar seu papel histórico e suas interações com os homens”²⁶, ou seja, quando um documento está inserido em outro contexto a experiência da qual ele é fruto se descontextualiza, mesmo quando se encontra em espaço museológico, arquivístico e etc. A “desdocumentalização”, assim, é um exercício de luta por historicidade, reinserir a experiência no tempo.

²² ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-202; ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

²³ LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

²⁴ KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.12.

²⁵ REDE, Marcelo. História e cultura material. **Novos domínios da história**, v. 1, p. 133-150, 2012.

²⁶ MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, 1983, p. 103- 117. p. 110.

Por fim, ainda cabe reforçar que utilizamos fontes que têm origens variadas, a exemplos de processos de tombamentos, plantas baixas, entrevistas orais, matérias jornalísticas, fotografias e textos historiográficos.

O presente trabalho está organizado em três capítulos.

Em **De Câmara e Cadeia à Museu: trajetória e construções do espaço**, buscamos percorrer de forma panorâmica a trajetória de funcionamento da Casa de Câmara e Cadeia do Crato, que exerceu tais funções de 1816 até 1970. O prédio foi construído ao longo do século XIX e sua construção é complexa e rica. Com localização privilegiada no Centro da cidade, o entorno do prédio é marcado por casarões de altas empenas e a igreja da Sé. A prisão assim, faz-se uma peça importante na formação da sociedade cratense. Neste cenário, pretendemos perceber como o prédio e o lugar a sua volta foi se formando e se transformando, chegando ao ponto de a Casa de Câmara e Cadeia do Crato se tornar um patrimônio cultural que ao mesmo tempo é silenciada e esquecida.

Em **O Museu Histórico e o Museu de Arte: as ressignificações socioculturais e arquitetônico-espaciais**.

Quando falamos de museus, logo pensamos sobre memória e lugar. Os Museus Históricos, em sua maioria, se constroem como lugares de memórias, práticas e vivências organizam uma narrativa que se desenvolve no lugar e dão espaço para despertar lembranças diversas e inimagináveis. No entanto, algumas narrativas organizadas em torno dos acervos museológicos guardam uma tensão sobre o que foi lembrado, implicando no esquecimento de várias outras memórias possíveis.

Embora hoje a Cadeia seja um patrimônio cultural dos cratenses e do Ceará, pouco sabemos sobre como as pessoas que foram presas lá, como elas viviam e se relacionavam com as forças que as isolavam. De igual modo, não sabemos como a sociedade cratense de meados do século XX construiu saberes e dizeres em cima dessa importante instituição de poder e sobre seus sujeitos. Sobre esse ponto buscaremos entender, por meio das narrativas orais, como se dá a construção das memórias sobre as experiências da/na prisão na antiga Cadeia do Crato em meados do século XX, e como essas vivências do cotidiano da cidade se relacionavam com os presos da Cadeia.

Neste capítulo pretendo refletir sobre os silenciamentos da antiga Cadeia Pública do Crato no Museu Histórico da cidade. O prédio que serviu como prisão

por um período superior a um século foi construído com especificidades arquitetônicas que denunciavam suas funções. Assim, se tornou um Patrimônio Material.

Por fim, em **Memórias da Cadeia, Memórias do Edifício, Memórias do Difícil** No debate historiográfico contemporâneo, estudos vêm construindo saberes sobre os chamados “novos patrimônios”. Dentro deste rol, o chamado “patrimônio difícil ou sombrio” é marcado por ser objeto/sujeito/palco de experiências dolorosas, inseridas em relações de poder institucionalizadas, a exemplo das prisões, dos manicômios e leprosários (MENEGUELLO, 2020, 2014). Esses novos patrimônios demandam relações específicas, como políticas de reparação ou de reconstrução das memórias, a fim de que os danos causados aos sujeitos históricos atingidos diretamente (e seus familiares), bem como à sociedade como todo, não se repitam. Mas nesse lugar que se encontra o prédio da antiga cadeia, trás uma relação difícil entre quais cidadãos? Que tipo de relação tem alguns grupos sobre a cadeia? Buscaremos fazer uma reflexão em torno dessas e outras indagações que venham a surgir no percurso do capítulo. O corpus documental privilegiado são narrativas orais de ex-detentos e moradores da cidade, produzidas por meio da metodologia de História Oral.

Dessa maneira, partimos da necessidade de problematizar as memórias sobre a antiga Cadeia Pública do Crato/CE do século XX, explorando as historicidades do cotidiano (CERTEAU, 2007). Reconhecendo-a como uma instituição de poder que implicou no cotidiano e na memória da cidade.

2 DE CÂMARA E CADEIA À MUSEU: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÕES DO ESPAÇO

A antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato foi construída paulatinamente ao longo do século XIX. Sua construção teve início no governo de Manoel Inácio de Sampaio e Pina Freire (1812 – 1820) e foi concluída no final do século XX²⁷ funcionando no prédio até 1970. A princípio, ela foi idealizada para dar emprego aos flagelados da seca e se tornou uma das maiores cadeias da Província do Ceará da época (Imagem 01). Afinal, o Crato foi uma das vilas mais prósperas do Ceará do século XIX e um dos municípios de maior poder econômico, intelectual e cultural do interior cearense da primeira metade do século XX²⁸.

**Figura 1: Museu Histórico do Crato
(Antigo Prédio da Casa de Câmara e Cadeia)**



²⁷ FARIAS FILHO, Waldemar Arraez de. A Casa de Câmara e Cadeia do Crato. **A Província**, Crato, n.31, 2013, p. 114-129.

²⁸ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

Foto: Professor Nicolau Neto (2022).

A cidade do Crato foi a primeira vila a ser criada na região do Cariri cearense²⁹. Entre os municípios dessa região, o Crato teve grande destaque na história. Localizada a pouco mais de 500km da capital do Estado do Ceará, Fortaleza, a cidade do Crato é cercada pela vegetação da Chapada Nacional do Araripe (Imagem 02), sendo privilegiada por lindas paisagens, uma vegetação abundante e nascentes de água protuberantes.

Figura 2: Chapada do Araripe

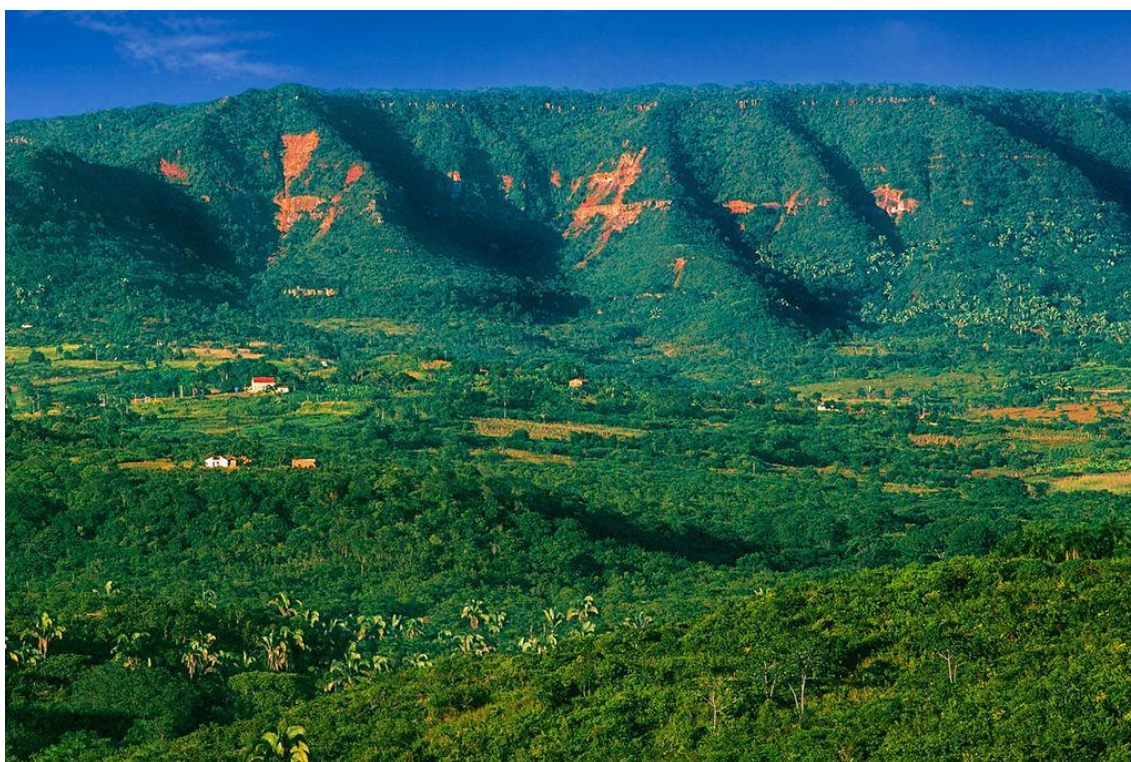


Foto: Augusto Pessoa (2009)

Faz fronteira com o Estado de Pernambuco, permitindo um cruzamento rodoviário entre os estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba, facilitando assim, rotas comerciais que interligam vários espaços do interior nordestino. A cidade se tornou referência quando se trata do Cariri cearense, e quando associada À região por suas riquezas naturais e culturais, é popularmente conhecida como “Oásis do Sertão”, “Princesa do Cariri” e “Capital da Cultura”.

²⁹ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. – Ed. fac.sim. – Fortaleza: FWA, 2009.

Através da família Alencar, o Crato fez parte de importantes revoluções do século XIX que constituem a história do Brasil, a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824). A participação do Crato na Revolução Pernambucana, segundo Maria Icleide Silva, ocasionou a independência da cidade antes mesmo do Brasil, e não durou muitos dias, mas ficou registrado como a cidade que declarou independência muito antes do próprio país, no dia três de maio de 1817 na Casa de Câmara da cidade³⁰. Ainda segundo a mesma autora,

A Proclamação da República do Crato, CE, se deu graças à ação do Padre José Martiniano Pereira de Alencar, que chegou ao Crato em 29/04/1817, enviado pelo Governo de Pernambuco. Vilalta demonstra na Tabela 5, os estados nordestinos que Proclamaram a República, destacando o início e término do período republicano nos estados nordestinos. Nesta tabela 5 acrescentamos os dados do Estado do Ceará, que se sucederam no Crato. Comparando a história, provamos a participação da cidade do Crato no movimento republicano de 1817 (...) isto se deu graças à ação do padre José Martiniano Pereira de Alencar, teve início quando o diácono José Martiniano de Alencar, emissário do Governo revolucionário de Pernambuco, proclamou a nossa Independência e República, com a leitura do “Preciso”¹¹⁶ de Mendonça. Ao terminar a leitura, ergueu vivas, correspondido pelos assistentes. Arvoraram depois uma bandeira branca e dispararam tiros em sinal de alegria. E terminou no dia 11 de maio com a prisão dos republicanos cratenses.³¹

Outro fator de destaque da cidade foi a educação. Com ajuda da Igreja Católica, implementou-se algumas instituições de educação na cidade, como o Seminário São José (1875), o Colégio Santa Teresa de Jesus (1923) e o Gymnásio do Crato (1927). Vale ressaltar que essa educação não era acessível para todas as classes.

Os intelectuais do século XIX e início do XX, produziram importantes materiais escritos sobre a cidade, entres esses intelectuais se destacam João

³⁰ SILVA, Maria Icleide Viana da. **História dos militares na cidade de Crato: Tropas, Milícias e Ordenanças (1718 – 1870)**. Orientadora Laura Franch Schmidt da Silva. São Leopoldo: EST/PPG, 2014. Dissertação de mestrado.

³¹ Idem, p. 42.

Brígido dos Santos³², Irineu Pinheiro³³ e José de Figueiredo Filho³⁴. Eles foram responsáveis pelas principais obras historiográficas da cidade, fundaram jornais e escreveram livros que reproduziam uma tentativa de promoção civilizatória da região caririense.

Esses intelectuais geralmente escreviam para um público restrito, muitos que faziam parte das mesmas agremiações literárias e círculos intelectuais, e buscavam mostrar o Crato como uma cidade de significativo potencial econômico, político e histórico. Nessa tentativa de tornar o Crato um símbolo de progresso e desenvolvimento, foi fundado em 1953 por Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho o Instituto Cultural do Cariri – ICC. Assim se manifestou em 1999 o presidente do ICC, Raimundo de Oliveira Borges, um dos sócios-fundadores, quando se referiu à instituição,

O Instituto Cultural do Cariri é a Academia de Letras da região. Possui patrimônio cultural que conta a história do Cariri (...). Ele possui um patrimônio precioso de riquezas morais e intelectuais. Sempre defendeu a dignidade das letras. Tem dado às letras do nosso País uma série de publicações que bastariam para justificar o seu quase meio século de existência. (...) Tem ocasionado um verdadeiro rebuliço no campo rico da nossa intelectualidade (...) sabe-se que a maior glória do Crato e da região repousa na sua maior parte na história de seu amor à liberdade e à cultura intelectual. Pois este patrimônio de grandeza inigualável encontra no ICC o seu maior sustentáculo, merecendo, portanto, o irrestrito e merecido apoio do povo e das autoridades cratenses.³⁵

Desde muito tempo, intelectuais se reuniram em torno do Instituto Cultural do Cariri (ICC) com a missão de escrever a história da região, tomando o Crato

³² João Brígido dos Santos (1829 – 1921) foi jornalista, historiador e político. Fundou em 1855 na cidade do Crato o jornal *O Araripe* (1855 – 1864), um importante jornal que retratou ideias liberais, acontecimentos diversos, dados e costumes da região. Além de contribuir com escritas em todos os jornais do Estado do Ceará na época.

³³ Irineu Pinheiro (1881 – 1954) foi médico, escritor e jornalista. Primeiro presidente do Instituto Cultural do Cariri - ICC, fundou o jornal *Correio do Cariry* e colaborou com os jornais *O Araripe*, *Crato jornal*, *A Ação*, entre outros. Escreveu importantes obras da historiografia caririense, como *O Cariri*, *Efemérides do Cariri* e *Cidade do Crato*.

³⁴ José de Figueiredo Filho (1904 – 1973) farmacêutico, escritor, professor e historiador regional. Fundou junto com Irineu Pinheiro, o Instituto Cultural do Cariri – ICC, onde também foi presidente por um período. Autor diverso, colaborou com os jornais *A Ação*, *O Bandeirante*, *Revista Sul América* e *Revista Brasileira de medicina* e muitos outros.

³⁵ “O Instituto Cultural do Cariri”; in: Revista Itaytera. Crato, nº 43, pp. 11-13 (Editorial), 1999. Nesse texto o autor usa depoimento do Monsenhor Francisco de Holanda Montenegro sobre o I.C.C.

como ponto de partida e recorte privilegiado, e criar um imaginário de que essa cidade era destacada das demais, graças a sua intelectualidade, as manifestações culturais ali presentes [letradas e populares] e suas riquezas naturais. Onde também foram apropriados e usados como atração para o turismo e desenvolvimento do comércio local. Esses discursos tinham base numa tradicional historiografia que desde o começo daquele século já circulava.³⁶

A produção historiográfica sobre o Cariri cearense centra-se no século XX. Ela é em sua maioria trabalhos desenvolvidos em torno do Instituto Cultural do Cariri (ICC), em que se destacam as obras de Irineu Pinheiro, J. de Figueiredo Filho e Padre Antonio Gomes. Essa historiografia foi marcada por um olhar conservador e centrado em "grandes homens" e eventos. Durante essas produções, pouco se falou sobre a cadeia. Encontra-se ainda algumas denúncias pontuais sobre o estado dos presos e da cadeia em algumas obras e jornais da época, qual iremos explorar mais à frente, com a intenção de que a cadeia "acompanhasse" o desenvolvimento da cidade e fortalecesse a ideia de um lugar de ordem e progresso.

2.1 A Antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse "sentido do passado" na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.³⁷

Localizada no encontro da rua Senador Pompeu com a praça da Sé no Centro da cidade, se encontra o prédio onde antes funcionava a Casa da Câmara e Cadeia Pública do Crato, Ceará. Qual hoje é ocupado pelo Museu Histórico do

³⁶ BEZERRA, José Ítalo Viana. **As muitas artes do Cariri**: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI. Tese (Doutorado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017; CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da "cidade da cultura": Crato (1889-1960)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

³⁷ HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

Crato na parte térrea e pelo Museu de Arte Vicente Leite na parte superior, ambos desativados por tempo indeterminado para reforma. Ao redor da praça, encontramos resquícios de expressivas construções do século XIX, casarões com um ou dois pavimentos e a igreja da Sé. É um local muito frequentado pela população da cidade.

Figura 3: Praça da Sé, Crato.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/>

O prédio tinha (e ainda tem) dois andares. Na época de seu funcionamento para as finalidades jurídicas e punitivas, o andar de cima abrigava a Casa de Câmara e o de baixo, a Cadeia. O acesso era distinto³⁸. Para que possamos compreender bem como é o prédio em termos físicos, vejamos a sua descrição arquitetônica completa feita pela Secretaria de Cultura do Ceará,

³⁸ FARIAS FILHO, Waldemar Arraez de. A Casa de Câmara e Cadeia do Crato. **A Província**, Crato, n.31, 2013.

Apresenta planta retangular bem definida em seu partido original com uma cobertura em três águas, telhado principal, onde uma empena o separa de um segundo conjunto de cobertura independente do telhado maior, também em três águas distintas, duas com cumeeira comum e a terceira partindo da referida empena. A proposta de criação de novos espaços edificados fora do prédio, visa o atendimento das novas funções que lhe foram impostas no pavimento térreo, já nos primeiros anos do séc. XX. O edifício com seu pátio interno e os dois pavimentos, isolam as intervenções extemporâneas de pavimento único, cobertas com um sistema de seis águas: quatro águas com duas cumeeiras comuns e duas outras, partindo do muro limítrofe norte.

As paredes das celas apresentam-se extremamente grossas, variando de 1,10m a 1,50m, são construídas predominantemente em alvenaria de pedra. As celas em número de quatro, encerram o pavimento térreo com dez aberturas sendo quatro retangulares externas, voltadas para a praça - e duas para a rua Senador Pompeu. Três portas e uma janela dão para o pátio sendo emolduradas com massa, fechadas com espessas grades de ferro fundido, dando acesso a este pavimento unicamente por esta rua. O piso atualmente é revestido predominantemente em pedra cariri (pedra fóssil encontrada na região) e parcialmente cimentado. O forro é aparente, onde se vêem a estrutura de piso do pavimento acima com barrotes e tabuado. A maior sala possui teto em abóbada de berço em arco abatido, vencendo um vão não menor que 5,00m.

As envasaduras no pavimento superior são em janelas rasgadas com folhas cegas possuindo balcões isolados de ferro batido. As bandeiras das janelas são fingidas na alvenaria quando vistas de fora. O forro de madeira apresenta-se no sistema de saia e camisa, variando a paginação em cada sala. O piso é colocado em tabuado corrido sob linhas de aroeira, excetuando-se a sala do meio pavimentada em ladrilho hidráulico. As tesouras colocadas transversalmente ao corpo do edifício vencem vão superior a 8,00m.

Para o andar superior o acesso se dá por duas escadas colocadas diametralmente opostas separadas por grossa parede de alvenaria. A primeira, social, em forma de “L”, começa na calçada da praça, no lado ocidental do edifício em direção as salas de exposição. A segunda, de serviço, inicia-se no pátio interno, acomodada no mesmo vão da primeira, onde fora antes uma cela.

Vendo-se o prédio a partir da rua Senador Pompeu, ou mesmo da rua Duque de Caxias, percebe-se o prolongamento da fachada original, somente ao nível do pavimento térreo, onde foram inseridos além da porta e da janela os mesmos elementos de composição do coroamento do pretense monumento. O coroamento original do edifício é feito em platibanda baixa aplicado com elementos geométricos que se repetem³⁹.

³⁹ SECULT/CE. Descrição física da Casa de Câmara e Cadeia do Crato. Arquivo do processo de tombamento enviado por e-mail mediante pedido. Disponibilizado em 14 de junho de 2022.

O modelo das Casas de Câmara e Cadeia chegaram ao Brasil trazidas pelos portugueses e representavam reverência à obediência para a coroa portuguesa. Tradicionalmente essas edificações eram construídas ao redor de lugares de prestígio das cidades como: mercados, praça central e igrejas. Essas instituições vinham com a concepção de “civilizar” e administrar o novo lugar. Os espaços das casas de câmara e cadeia eram divididos em dois pisos, e cabia a esse lugar exercer as funções legislativas e punitivas da cidade⁴⁰.

O mais antigo edifício de câmara e cadeia construído no Brasil colonial data do século XVII, porém muitos deles datam principalmente do século XIX. Os diversos exemplares hoje existentes no espaço das cidades são evidências materiais deste mundo urbano colonial. A legislação colonial que determinava esse tipo de estabelecimento esteve em vigor até 1º de outubro de 1828. Após esse ano o poder das Câmaras e Cadeia só diminuiu e acabou por excluí-las da permanência com jurisdição de caráter judicial. Tornando-as corporações meramente administrativas. Apesar disso, só na República que as casas de câmara e cadeia deixaram de ser construídas com a mesma finalidade de legislar e punir.⁴¹

Apesar de as casas de câmara e cadeia no Brasil terem entrado em decadência a partir de 1828, a Casa de Câmara e Cadeia do Crato só deixou de funcionar em 1970, quase um século e meio depois.

A Casa de Câmara e Cadeia do Crato começou a ser construída no século XIX, mas em 1816 a cidade tinha uma cadeia iniciada⁴². O Naturalista e botânico George Gardner em suas anotações feitas em seu diário de viagem pelo interior do Ceará no início do século XIX, escreveu um dos poucos registros mais antigos sobre a cadeia, na década de 1830. Assim descreve a cidade e a cadeia,

O Crato é uma cidade pequena com 1/3 de Icó em tamanho. Suas casas são irregularmente construídas. Tem uma cadeia e

⁴⁰ BARRETO, Paulo Thedim. “Casa de Câmara e Cadeia”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N°11. S/D. 2012.

⁴¹ BRAINER, Juliana Barroso Neve. Tombamento temático das casas de câmara e cadeia do estado do Pernambuco. 1er. **Congreso Iberoamericano y VIII Jornada “Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio”** 10 y 11 de Septiembre de 2009 – La Plata, Buenos Aires, Argentina.

⁴² FARIAS FILHO, Waldemar Arraez de. A Casa de Câmara e Cadeia do Crato. **A Província**, Crato, n.31, 2013.

duas igrejas... A cadeia está de tal modo arruinada, que mal cabe o nome da prisão, embora encerre sempre uns poucos criminosos. Era guardada por dois soldados, que cumpriam o dever tão molemente, que ao passar, eu os via ora jogando cartas, ora dormindo a "sombra da casa".⁴³

Quanto à data da sua construção, há um desacerto entre o que o arquiteto Waldemar Arraes afirma, e o que o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará diz. A data da construção da cadeia, segundo Farias Filho, se dá no ano de 1887.

A construção da Casa de Câmara e Cadeia do Crato ocorreu ao longo do século XIX. Teve início no governo de Manoel Inácio de Sampaio e Pina Freire (1812 - 1820), e foi concluída por volta de 1887. Irineu Pinheiro relata que nos períodos de seca, erigiram-se no Ceará muitas casas de Câmara e Cadeia por meio de verbas governamentais, com o fim exclusivo de proporcionar trabalho aos flagelados⁴⁴.

Já o Conselho aponta que sua construção se deu em 1877. Conforme,

A Casa de Câmara e Cadeia do Crato foi construída em 1877, no encontro da Praça da Sé com a Rua Senador Pompeu no Centro da cidade. (...) As paredes das quatro celas são extremamente grossas, variando de 1,10m a 1,50m, são construídas predominantemente em alvenaria de pedra e nelas há dez aberturas sendo quatro retangulares externas, voltadas para a praça, duas voltadas para a Rua Senador Pompeu e quatro internas.⁴⁵

O terreno da cadeia não tinha escritura, e somente em 2015 foi feito a escritura do lugar na ação de USUCAPIÃO, outra data se encontra mencionada na escritura do terreno da Cadeia do Crato,

Alega, em síntese, ter a posse mansa, pacífica e ininterrupta, sem oposição de quem quer que seja, por mais de 50 (cinquenta) anos, do imóvel onde funcionou a Casa de Câmara e a Cadeia Pública, construída nos idos de 1883, sito no

⁴³ GARDNER, 1838, apud, FARIAS FILHO, Waldemar Arraez. A Casa de Câmara e Cadeia do Crato. **A Província**, Crato, n.31, 2013, p. 118.

⁴⁴ FARIAS FILHO, Waldemar Arraez. A Casa de Câmara e Cadeia do Crato. **A Província**, Crato, n.31, 2013, p. 116.

⁴⁵ Ver <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/07/casa-de-camara-e-cadeia/>. Acesso em 05/06/2022. Sobre o processo de tombamento, ver Viana (2017).

encontro da Praça da Sé, na Rua Senador Pompeu, s/n, centro, desta cidade.⁴⁶

Essa divergência nas datas pode se dar também pela ausência de fontes que afirmam com exatidão sobre o término da sua construção. A data considerada como a de construção da cadeia é apresentada após a finalização da sua última grande reforma que se iniciou em 1861. Antes disso, a cadeia não tinha uma estrutura adequada e salutar para abrigar os presos e não combinava como parte do processo de modernização/urbanização que a cidade vinha passando.

O século XIX foi onde muito se investiu para transformar o Crato como um lugar “civilizado”, apesar de ter ainda sua economia muito ligada ao campo, agricultura, engenhos e criações de animais. Os intelectuais cratenses se esforçaram bastante para urbanizá-la. Mas ao que parece, o prédio da cadeia no início do século não estava acompanhando o desenvolvimento arquitetônico dos prédios vizinhos. Então começou a ser interessante dar importância a cadeia, já que ela ficava no polo principal da cidade.

Algumas publicações nos jornais *O Araripe*⁴⁷ e *O Cearense*⁴⁸ geralmente quando escreviam algo sobre a cadeia, aparecia na parte de noticiários, informando os nomes das pessoas que haviam sido presas e os crimes que elas haviam cometido, nada mais. Entre mais ou menos 1853 a 1860 esses jornais começaram a lançar matérias nos jornais denunciando a situação deprimente e flagelada da cadeia e dos infelizes presos. Denúncias absurdas de maus-tratos e insalubridade, com o objetivo de que o presidente da Província providenciasse uma reforma na edificação e melhorasse a estética do prédio. Assim relata João Brígido sobre a situação da cadeia no jornal *Cearense* em 1853,

A cadeia do Crato é um estreito calabouço como uma janela única para ventilar: ali há presos que vivem em perpétua noite, porque a janela é para eles tão alta que para respirar o ar mais livre devem trepá-la com um esforço. Não podendo conter mais de oito pessoas e nunca se tem menos de 20 presos. [...] Esta

⁴⁶ Mandado para transcrição e registro de imóvel da Casa de Câmara e Cadeia do Crato, cedido pela Secult/CE em 14 de junho de 2022.

⁴⁷ *O Araripe* foi fundado por João Brígido em 1855, e durou até 1864. Um jornal com ideais liberais e que trazia a narrativa dos interesses políticos do grupo, com uma romantização de um Cariri como um paraíso em meio ao sertão, chegando a propor a criação da Província do Cariri.

⁴⁸ A proposta do jornal *O Cearense* também era do Partido Liberal, foi fundado em 1846 por um grupo de políticos criado para comemorar a ascensão dos liberais ao poder da província.

prisão em cuja edificação não se poupou meios de torná-la segura, é, em verdade, a mais porca que se pode imaginar: exala um fétido que infecciona as ruas circunvizinhas. Parece que depois da sua construção nunca mais foi lavada e limpa. [...] Uma pessoa que é detida nela quatro dias perde a cor, e macilento e cadavérico, que fica, gasta tempo sem se restabelecer. [...] No inverno de 1850 quando se fazia o salão para as sessões da Câmara, estava esta prisão coberta somente pelo assoalho. As águas da chuva que sobre este caíam, escoavam para a prisão e depois da chuva as águas infiltradas gotejavam dias consecutivos. O preso tinha os pés mergulhados no lodo e na lama, subia acima do joelho além disso, sofria sobre a cabeça uma chuva perene e dormia na lama! É horror. A pulga chamada bicho de pé, a sarna, a mucurana são outros flagelos que pesam sobre aqueles infelizes.⁴⁹

Logo depois, João Brígido também escreve no jornal *O Araripe* sobre a situação da cadeia,

A cadeia do Crato encerra termo mínimo cinquenta presos, entretanto o ar, que ali penetra apenas por uma grade de um lado oposta à ventilação pode se dizer, nunca foi renovado; a umidade é constante e se respira o miasma, de que o pequeno alojamento se tem infeccionado. Acrescente-se a isto o inconveniente do calor, que constantemente os abafa, a falta de cômodos para dormida, e ver-se que a tísica, que há anos ali se desenvolveu, os declina anualmente, assim como outras moléstias de caráter perigoso, jamais deixarão aquele acervo de infelizes; isto mais quando os atacados do mal têm sido deixados no mesmo cárcere com os outros, até expirarem⁵⁰.

O jornalista se empenhou bastante para denunciar as condições da cadeia, chegando a pedir para amigos também escreverem sobre as condições deploráveis do lugar. Aconteceram algumas revoltas na cadeia por parte dos encarcerados, de tão insuportável que estava as condições da prisão. Depois de algumas revoltas, ameaças dos próprios presos e incisivas denúncias, em 1860 se iniciou uma reforma na cadeia. Após o início da reforma, a cadeia passou por um lento e longo processo até ser concluída e, diga-se de passagem, foi a última grande reforma até então.

Em 1970 a Cadeia Pública do Crato deixou de funcionar naquele prédio. Afinal, o mau cheiro dos seus interiores e as imagens dos pobres presos

⁴⁹ BRÍGIDO, João. **O Cearense**. 6 de setembro de 1853. Coleção digital – Memória.bn.br - Edição 00660, p. 4.

⁵⁰ BRÍGIDO, João. A Cadeia do Crato. jornal **O Araripe**, Crato, 21 jul. 1855. P, 3.

incomodavam a sociedade cratense que frequentava a Matriz de Nossa Senhora da Penha e a Praça da Sé. Naquele momento, foi necessário mudar os ares do seu contorno. A Cadeia foi deslocada do Centro para os limites da cidade, e o prédio passou a abrigar o Museu Histórico do Crato. Este, por sua vez, passou a preservar e expor objetos da cultura material contando episódios da História do Crato e do Cariri, sobretudo acontecimentos para serem comemorados e celebrados, mas nunca foi falado sobre a antiga cadeia no museu.

O professor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, publicou um artigo intitulado "O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas", nele, o autor comentou sobre um cartoon publicado há muito tempo em uma revista francesa, o qual chamou consideravelmente a sua atenção. E assim o descreve:

Nessa imagem, no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japonesa. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e ele diz: - "Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação". Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós.⁵¹

Em suas análises, o professor discute sobre os processos de identidade e a relação de pertencimento do espaço da figura da velhinha da cena que ele descreveu. Para ele, ela tem uma relação contínua, existencial e territorial com o lugar, o que não acontece com os turistas. A anciã além da apropriação afetiva com o lugar, pertence também a estética dele.⁵²

A cadeia é um monumento que visivelmente chama atenção dos visitantes do museu (hoje desativado, como mencionado anteriormente) e tem uma relação existencial e territorial com o prédio. A cadeia funcionou por mais de um século e meio e muitas histórias se fazem ainda presentes no seu espaço, seja pelas

⁵¹ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, v. 1, p. 25-39, 2009, p. 26.

⁵² Idem.

paredes, seja pelas memórias de muitos que viveram ou conhecem pessoas que experienciaram vivências na antiga prisão. Essas histórias e esse lugar ainda continua sendo mal visto e pouca atenção se tem dado a sua importância como parte da história cratense e caririense, e é constantemente ameaçado ao esquecimento.

No início do ano de 2009, por decorrência de fortes chuvas, parte do teto e boa parte do piso do andar de cima do prédio, desmoronou, e desde essa data até o presente ano, os museus se encontram fechados por o prédio estar em um estado que impossibilita a visita, e a cada ano que passa sua estrutura fica mais comprometida. Alguns acervos dos museus se encontram guardados inadequadamente em uma sala de uma casa alugada pela prefeitura, e outros permanecem no prédio em algumas salas que mantiveram o teto após o ocorrido de 2009. Houve uma tentativa de reabertura em 2017 do museu histórico que chegou a funcionar em algumas salas durante algum tempo, mas em situação deplorável e ainda arriscada, fechando novamente e continua até hoje.

Para ilustrar melhor o prédio, vejamos as plantas baixas dos pavimentos.

Figura 4: Planta baixa da Casa de Câmara e Cadeia do Crato

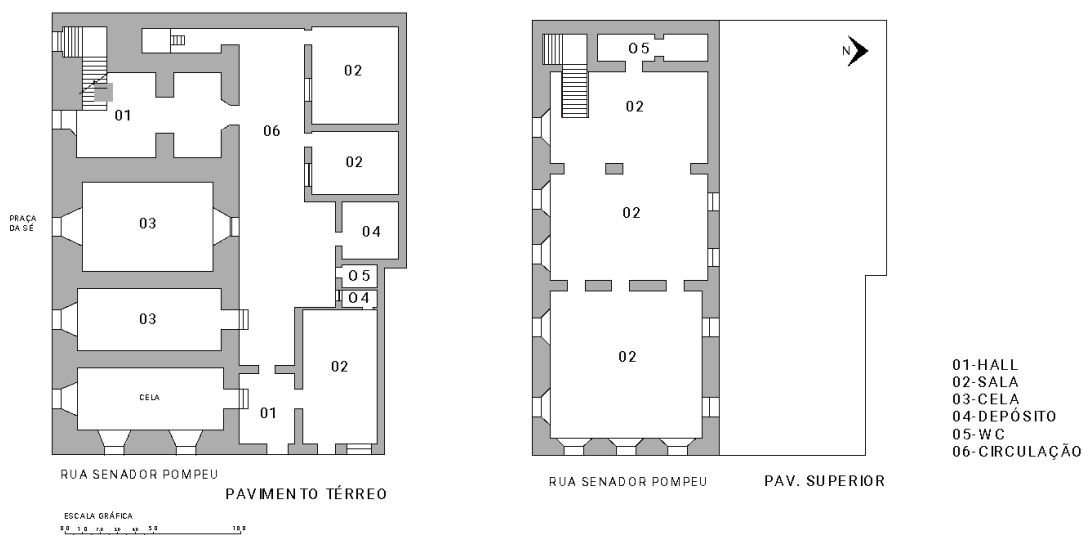
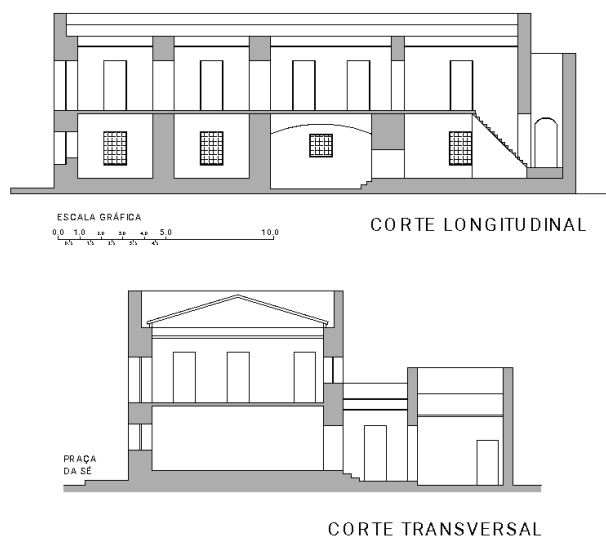


Figura 5: Corte Longitudinal e transversal da Casa de Câmara e Cadeia do Crato



2.2 “Se era pra tombar, tombei!”

O prédio da antiga cadeia do Crato se mostra como um importante monumento arquitetônico e histórico da cidade. Em 14 de abril de 2004, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará tombou a Casa de Câmara e Cadeia do Crato como patrimônio cultural. A figura jurídica do tombamento deste imóvel colocou em cena o valor histórico, cultural e arquitetônico do monumento, demonstrando um símbolo de poder e relevância para a História do Ceará e do Cariri.

A solicitação do pedido de tombamento de um bem, pode ser feita por qualquer indivíduo. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, “O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.”⁵³ A Casa de Câmara e Cadeia do Crato foi tombada em âmbito estadual. A abertura do processo se dá pela Secretaria de Cultura, que recebe e encaminha para o Conselho Estadual de Preservação Cultural do estado os pedidos de tombamento dos bens

⁵³ Ver <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acessado dia 03/04/2022.

localizados no Ceará, essa ação é feita pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural do Estado. É considerado um bem interessante para tombamento, quando as entidades reconhecem o seu valor histórico, arquitetônico, cultural e simbólico (SECULT/CE 2013).

Assim é descrito pela Secretaria o processo de tombamento de um bem no Estado do Ceará,

Um processo de tombamento é aberto através de uma solicitação formal encaminhada à SECULT por pessoa jurídica ou pessoa física, e identificada por um número de protocolo. O processo deverá atender aos itens exigidos para abertura de processo (ver Itens para abertura de processo). Após a abertura do processo, ele tramita inicialmente para a COPAHC – Coordenadoria de Patrimônio Cultural, para avaliar sua procedência e atendimento aos requisitos exigidos. O proprietário é convidado a se pronunciar a respeito da solicitação, podendo ou não discordar do pedido. Após esta análise, é encaminhado ao COEPA – Conselho Estadual de Preservação Cultural do Estado do Ceará para avaliação e parecer deliberativo. O parecer então é encaminhado para o Secretário de Cultura, para que possa ser enviado para avaliação pelo governador, que então homologa ou questiona o Tombamento. Ao longo de todo o processo poderá haver questionamento por qualquer das partes. Se homologado pelo Governador, o proprietário é então informado de que o bem constará no Livro do Tombo e enviado para publicação no Diário Oficial⁵⁴.

A figura de um bem tombado traz para a localidade um reconhecimento de um monumento importante no desenvolvimento e história daquela cidade. Também visa a proteção daquele bem e conseqüentemente da sua história, para que ele não seja destruído ou descaracterizado, já que a Lei de Tombamento aplica medidas de punição para quem desrespeitá-la.

Precisamos entender que a noção dos bens a serem preservados no Brasil é ampliada nas políticas de incentivo fiscal voltadas para a cultura e que existem já há vinte e sete anos. Uma das conseqüências desse incentivo fiscal foi a comercialização das cidades históricas. Quanto maior o número de bens tombados em uma cidade, mais ela cabe ser considerada uma cidade histórica, na afirmação legalizada pelos tombos.⁵⁵

⁵⁴ Ver <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/04/tombamento/>. Acessado em 30/06/2022.

⁵⁵ FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Flávia Nascimento desenvolveu um estudo que indicou que na década de 1980, técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se apropriaram de discursos dos campos da História para justificar a eleição de bens, saindo da estreita seara da justificativa da excepcionalidade. Naquele contexto, o Iphan se interessou pelos monumentos arquitetônicos nos seus projetos de preservação, excluindo outros tipos de bens culturais.

A escrita da história era pressuposta da atividade de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Preservou-se aquilo que seria fonte da história ou prova documental da articulação identitária nacional. A arquitetura colonial e barroca era testemunho de épocas pregressas, às quais articulavam-se os conceitos e preceitos da constituição nacional.⁵⁶

Os tombamentos eram clímax e significavam uma vitória. Uma coroação de um tipo de patrimônio em prol da formação de uma identidade nacional. Portanto, a História esteve a serviço do projeto que entendia os monumentos da arquitetura como materialidade da história. Onde sua preservação e presença serviam a construção do conhecimento, sendo provas materiais do passado a serem preservadas no futuro. Havendo abusos da História a partir da manipulação de discursos com base na tradição francesa da *Escola de Annales*.⁵⁷

Os bens tombados em âmbito estadual no Ceará totalizam quarenta e três bens e mais treze em processo até a presente data dessa pesquisa. Segue tabela dos bens tombados a nível estadual no Estado do Ceará,

BENS TOMBADOS			
Ordem	Data	Prédio ou bem tombado	Município
001	1982	Secretaria Estadual da Fazenda	Fortaleza
002	1982	Casa de Detenção ou Antiga Cadeia Pública (Centro de Turismo)	Fortaleza
003	1983	Igreja Nossa Senhora do Rosário	Fortaleza
004	1983	Palácio da Luz (Academia Cearense de Letras)	Fortaleza

⁵⁶ NASCIMENTO, Flávia de Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 121-147. set.-dez. 2016, p. 123.

⁵⁷ NASCIMENTO, Flávia de Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 121-147. set.-dez. 2016.

056	Sítio Bebida Nova	Crato
-----	-------------------	-------

<https://www.secult.ce.gov.br/2017/01/03/lista-de-processos-de-bens-tombados/>
Acessado dia 24 de maio de 2022.

Essa tabela, disponibilizada no *site* da Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT), nos mostra com alguns dados pontuais os bens tombados em âmbito estadual. No estado do Ceará nós temos quatro Casas de Câmara e Cadeias tombadas pelo Estado e uma em contexto federal, totalizando cinco cadeias tombadas no Estado. São elas: Casa de Detenção ou Antiga Cadeia Pública (1850), em Fortaleza; Casa da Câmara e Cadeia (1877), em Aquiraz; Casa de Câmara e Cadeia de Barbalha (1877), na cidade de Barbalha; e a Casa de Câmara e Cadeia (1887), no Crato. E mais a Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim (1832) que foi tombada em âmbito Federal. Temos ainda outras duas cadeias que ainda estão em processo de tombamento pelo estado do Ceará, que são: a Casa de Câmara e Cadeia de Cascavel e a Cadeia Pública de Baturité.

As Casas de Câmara e Cadeias começaram a ser tombadas no Estado em 1972. A Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim foi a primeira em 4 de dezembro de 1972 em domínio federal, e dez anos depois a cadeia de Fortaleza, em 1882, a âmbito Estadual. Além da cadeia, a cidade do Crato tem outros bens materiais tombados pelo Estado: Estação Ferroviária do Crato; Sítio Caldeirão; e Sítio Fundão.

Quando um bem é declarado patrimônio, o olhar sobre aquele lugar se transforma⁵⁸. A cidade do Crato tem uma disposição turística pela sua história, suas universidades, pelo título de cidade da cultura e riquezas naturais, esses símbolos fazem propaganda de uma cidade histórica e interessante para o excursionismo.

Semelhante a outros modos de produção do espaço pela narrativa histórica, a propaganda turística sobre a cidade do Crato fez e faz usos do passado de acordo com as demandas do presente. Nesse tipo de formulação, o discurso de promoção do turismo investiu na busca de nostalgia e exotismo para preservar e difundir elementos materiais e simbólicos que

⁵⁸ HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

contariam aspectos da história e da cultura local e legitimariam a reivindicação de lugar destacado.⁵⁹

A cidade constrói politicamente narrativas com o objetivo de trazer aos turistas uma ideia de um lugar lembrado por tradições culturais e simbólicas de riqueza e destaque. No entanto, no caso da antiga Cadeia do Crato, a figura jurídica do seu tombamento não foi suficiente para se preservar sua estrutura física, histórica e muito menos sua memória.

O tombamento da Casa de Câmara e Cadeia do Crato tem um ponto curioso no caso da escritura do terreno: a escritura foi extraída dos autos da ação de USUCAPIÃO em 27 de agosto de 2017, e o tombamento se deu anos antes, em 2004. Durante todos esses anos a cadeia não tinha escritura e ainda hoje não temos muita informação sobre isso. Um bem pode ser tombado mesmo sem autorização do dono do imóvel, o tombamento é uma preservação cultural e histórica, sobrepõe às vontades particulares. O terreno ter escritura após o processo de tombamento não tem problema, o que nos inquieta é o porquê de se ter demorado tanto para pedir a escritura do lugar, talvez por conta de normas para a sua reforma.

Em uma matéria no jornal *Diário do Nordeste* sobre a necessidade de obras para preservação do prédio da antiga cadeia, em setembro de 2018, o arquiteto Waldemar Arraes comenta que a obra para restauração é muito cara e complexa,

É um projeto complexo. Envolve equipe multidisciplinar, profissionais de diversas áreas, incluindo historiadores, engenheiros e arquitetos, entre outros, para se produzir um projeto de custo elevado, que exige fiscalização de diversos órgãos. É complicado, complexo. Não é qualquer pessoa que faz. [...]. Às vezes, com alguma escavação, tem que parar porque esbarra em algum achado. Daí, é preciso fazer todo o estudo arqueológico. Inclusive, tem os projetos de adaptação à acessibilidade, combate a incêndio, instalação hidrossanitária e reforço de estrutura, se for preciso.⁶⁰

⁵⁹ BEZERRA, José Ítalo Viana. **As muitas artes do Cariri**: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI. Tese (Doutorado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017, p. 88.

⁶⁰ Entrevista concedida ao jornal *Diário do Nordeste*, em 07 de setembro de 2018. Ver <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/museu-do-crato-padece-com-os-efeitos-do-tempo>

Na mesma matéria, a prefeitura alega não ter recursos suficientes para a reforma, e até havia um processo em andamento para a reforma na época da entrevista, mas tiveram que refazer a prestação de contas e devolver o dinheiro, uma empresa até iniciou as obras, mas abandonou a reforma por não ter sido paga a primeira parcela combinada. A responsabilidade da manutenção da cadeia é da prefeitura do Crato, já que ela é proprietária do bem. O secretário de cultura da cidade da época afirmou que o prédio não estava abandonado e que “por trás” eles estavam se esforçando para o processo andar e assim reenviar uma nova proposta.

O tombo acontece e falta gestão de manutenção do bem, tombar só por tombar não parece ser suficiente para proteção do imóvel. Mas se era pra cadeia ter sido tombada, ela foi. No caso da cadeia, o prédio foi deteriorado pela ação do tempo e da natureza (chuvas), mas a falta de empenho para reerguê-la fez com que o prédio esteja fechado desde 2009 e a sua situação atual está bem pior, o que provavelmente implicará em mais gastos.

Curiosamente, é interessante pensar como esse lugar foi sendo construído e esquecido, como ele foi se transformando em um ponto estratégico que serviu a memória e interessou aos agentes como patrimônio cultural do município.

De instrumento de dominação e penalização de pessoas a baluarte da memória cratense, o lugar passou por ressignificações e silenciamentos, comportando discursos que foram se modificando de acordo com os interesses e usos políticos e da memória desse espaço. Essa procura em eleger monumentos e criar identidades locais demonstra como as sociedades estão passando por crises nas suas identidades e forjam novas a partir da fruição de memórias, isso tem sido um desafio para os historiadores da academia.

Certeau nas notas introdutórias da sua operação historiográfica se questionava sobre o trabalho do historiador. O que faz? Para quem faz? A quem se destina seu exercício? As respostas se dão no chão teórico que o autor tece e alicerçam a ideia de que a função dos profissionais da História é dizer o não dito.⁶¹ Sua ideia nunca foi de passar um receituário, uma fórmula ou um tutorial teórico e metodológico de como escrever a História. A reflexão proposta é que

⁶¹ CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

conferimos sentidos a ela, aos eventos ou aos artefatos. Seria, portanto, preencher de significados o que antes estava sem contexto; ou tirar da margem personagens, grupos, temas que poderiam parecer desinteressantes; ou o que poderiam passar despercebidos. Contudo, devemos lançar olhares aos nossos temas largando mão de construções que pensem a partir das noções de progresso, linearidade ou desenvolvimento.

Não é olhar para nossos objetos de pesquisa e dizer como eles se transformaram no que são. O papel do profissional da história, no tempo presente, desde a sua oficina como apontou Certeau e além dela, é ocupar os debates públicos e combater distorções e enganos a partir de discursos científicos que iluminem com verdades, fora do sentido positivista, numa luta constante contra censuras e perseguições de qualquer natureza.

Para o Crato, que foi sendo a todo custo, representado como a “cidade da cultura”, o que significaria uma cadeia? O silêncio sobre a cadeia não me parece à toa. Assim, pretendemos através da história oral, abordar também neste trabalho as memórias em torno da cadeia, trazendo voz a pessoas que viveram e/ou conviveram com amigos e familiares que foram presos na antiga cadeia e no que significa hoje aquele espaço para elas. No entanto, antes de encerrar a discussão em torno do tombamento do prédio da Casa de Câmara e Cadeia pensamos em traçar algumas notas sobre o processo de tombamento deste edifício pelo IPHAN, pois, embora o processo tenha caminhado esse tombamento em nível federal não se concretizou.

A solicitação do tombamento de tal prédio ocorreu no ano de 1997, quando o então deputado Vasques Landim requereu envio de ofício para o Governo do Estado, à Secretaria de Cultura e à Coordenadoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No entanto, nesse mesmo ofício também era solicitado o tombamento de outros prédios “antigos” da cidade do Crato. Nomeados no ofício como sendo, o

Seminário do Crato (127 anos); Sé Catedral do Crato (200 Anos); Casa da Câmara do Crato (do tempo do império), local onde Pinto Madeira foi julgado e hoje, funciona o Museu de Fósseis; Prédio da Cadeia Pública (construído em 1877), onde abriga atualmente, o Museu Histórico José de Figueiredo Filho e

o Museu de Arte Vicente Leite; Prédio da Estação da REFSSA do Crato.⁶²

Antes de partirmos, de fato, para o prédio, objeto principal dessa análise, é necessário algumas reflexões sobre os motivos de estarem todos esses edifícios citados em um mesmo ofício.

Primeiramente, a “Casa de Câmara do Crato” que aparece na lista não faz parte da edificação Casa de Câmara e Cadeia do Crato, objeto de estudo deste trabalho, e que aparece na lista do Deputado Vasques Landim apenas como “Prédio da Cadeia do Crato”.

Outra questão a ser considerada é que com exceção do prédio do Seminário, todos os outros estão localizados no centro da cidade e sendo a Sé Catedral, a antiga Casa de Câmara e o prédio da Casa de Câmara e Cadeia todos localizados no mesmo perímetro. O processo de tombamento “1414-T-98”, referente à Casa de Câmara e Cadeia da cidade do Crato/CE, no entanto, não obteve êxito mesmo depois de todo o processo corrido.

Em parecer nº 68/2021/CGID/DEPAM assinado por Adler Homero Fonseca de Castro (CGID/DEPAM) em Brasília, 01 de agosto de 2021, traz parecer desfavorável ao tombamento da Casa de Câmara e Cadeia da cidade do Crato.

O pedido de tombamento deste edifício partiu de um requerimento do deputado estadual do Ceará, Sr. Vasques Landim, datado de 27 de maio de 1997, a argumentação sendo baseada na importância da cidade do Crato para toda a região do Cariri.⁶³

O ofício enviado por Vasques Landim em 1997 foi o mesmo utilizado para o desdobramento do tombamento em nível estadual. No entanto, a argumentação de que o Crato tinha importância para a região do Cariri foi utilizada para endossar o parecer desfavorável. No processo que consta o parecer técnico elaborado pela Coordenação Geral lê-se o seguinte:

No que tange à esta Coordenação Geral, uma das nossas funções é verificar a inserção de um bem proposto para

⁶² Processo Digitalizado - Volume Vol_1_Parte_1 (0041819) SEI 01458.000096/2013-23 / pg. 7

⁶³ Processo Digitalizado - Volume Vol 1 Parte 1 (SEI nº 0395523) p. 13). [Parecer Técnico 68 (2854933) SEI 01458.000097/2013-78 / pg. 202].

tombamento numa realidade nacional, já que valores estritamente locais não devem ser considerados para tombamento. Os valores que justificam um tombamento podem ser de dois tipos básicos: o primeiro, de aplicação mais simples, é pelo critério a excepcionalidade, seguindo uma leitura estrita do que consta do decreto-lei 25/37, de um bem que esteja vinculado à fatos memoráveis da história do Brasil ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Em segundo lugar, se justifica um tombamento pelo critério da representatividade. Neste onde o valor não estaria em alguma característica específica presente no bem em si, mas sim no processo cultural que ele representa. Neste caso deve-se levar em consideração que mesmo que a coisa proposta para tombamento não tenha características marcantes ou únicas, ela serve como exemplo de um processo cultural mais amplo e de relevância nacional.⁶⁴

Ainda no mesmo documento, o técnico responsável pela emissão do parecer indica que quando se trata da inserção da categoria Casa de Câmara e Cadeia, essa se enquadraria pelo critério de representatividade, reforçando tal enquadramento a partir do estudo feito por Paulo Thedin Barreto para sua tese de livre docência na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

Em termos de representatividade, a categoria “casa de câmara e cadeia” foi um dos selecionados como de importância para a história nacional, algo que ficou mais evidente depois das pesquisas de Thedin Barreto. Dessa forma, as Casas de Câmara e Cadeia, que já eram consideradas como um dos elementos representativos da formação da cultura nacional, tiveram três bens do tipo tombados antes de 1947 e depois da tese de Thedin Barreto, foram mais 15, acautelamentos feitos muito baseados nos estudos do Arquiteto.⁶⁵

O estudo de Thedin Barreto organizou um catálogo que conseguiu reunir informações importantes sobre as Casas de Câmara e Cadeia, no entanto, não podemos entender que todos os processos em torno desses edifícios/patrimônios estariam encerrados depois dos tombamentos indicados e recomendados pelo seu estudo. No entanto, o parecer técnico realizado pela Coordenadoria Geral acaba quase por indicar isso, pois, quando cita o trabalho de Thedin Barreto indica o seguinte,

⁶⁴ Processo Digitalizado - Volume Vol 1 Parte 1 (SEI nº 0395523). [Parecer Técnico 68 (2854933) SEI 01458.000097/2013-78.

⁶⁵ Processo Digitalizado - Volume Vol 1 Parte 1 (SEI nº 0395523). [Parecer Técnico 68 (2854933) SEI 01458.000097/2013-78.

Thedin Barreto incluiu o Ceará no seu texto, apontando a existência de dez casas de câmara e cadeia no estado. O arquiteto ressalta a importância da de Aracati, apesar de, segundo ele, a Casa de câmara e cadeia de lá estar muito “modificada” – de fato, ela foi tombada, mas apenas em 1980, quando os critérios de seleção de bens para inscrição nos livros do tombo eram mais liberais do que no período de Rodrigo de Melo Franco de Andrade ou que os de hoje em dia.

Além da Casa de Câmara e Cadeia de Aracati, no Ceará foram inscritas as de Caucaia, em um processo aberto em 1959; Icó, em processo de 1962 e Quixeramobim (processo de 1964), todos do período em que Thedin Barreto ainda trabalhava no Iphan. Considerando esses dois tombamentos, é importante notar que Thedin Barreto inclui a Casa de Câmara do Crato em seu estudo, mas ela não foi tombada na época, um indício que o arquiteto, especialista no tema, não a considerou como portadora de características próprias que justificassem seu tombamento.⁶⁶

A pesquisa realizada por Thedin Barreto tem um peso enorme para o estudo das Casas de Câmara e Cadeia do Brasil, no entanto, consideramos que esse respeito ao trabalho realizado por ele não poderia criar “indício” que valesse como argumento para o não tombamento de um patrimônio. Após citar mais alguns elementos que a equipe técnica do IPHAN julgou necessários para a construção desse argumento, constroem o argumento final para a indicação do não tombamento em nível federal.

Por sua vez devemos enfatizar que é facilmente observável que a Casa de Câmara e Cadeia do Crato, de forma alguma, pode se enquadrar por um critério de excepcionalidade que justificasse o tombamento federal, como já colocamos acima.

Finalmente, deve-se levar em conta que o motivador do pedido encaminhado pelo Sr. Deputado Estadual Vasques Ladim, não permitiria um tombamento pelo decreto-lei 25/37, já que a argumentação sendo baseada na importância da cidade do Crato para toda a região do Cariri tem uma característica regional e não nacional. Por essa avaliação, o bem deveria ser tombado pelo governo estadual.

Considerando o exposto, e em acordo com o parecer de Rebeca Pierre Cavalcante e, Myrlla Swyanne, que está devidamente referendado pelo Sr. Superintendente, acompanhamos a sugestão feita pelas citadas profissionais e **nosso parecer é que o processo seja encaminhado à Presidência do Iphan com indicação de indeferimento do pedido de tombamento nº 1414-T-98, "Casa da Cadeia Pública do Crato", localizado**

⁶⁶ Processo Digitalizado - Volume Vol 1 Parte 1 (SEI nº 0395523). [Parecer Técnico 68 (2854933) SEI 01458.000097/2013-78.

no município do Crato, estado do Ceará.⁶⁷ [GRIFO DO ORIGINAL].

Se considerarmos que uma equipe técnica realizou amplo estudo para chegar a conclusão de não tombamento do edifício em questão acreditamos que a indicação realizada por Vasques Landim de que a cidade do Crato tem grande importância regional não poderia ser um dos principais argumentos para justificar o tombamento em nível estadual e não em nível federal. Pois, se ainda hoje a discussão em torno do patrimônio ainda é negligenciada no Brasil não devemos cobrar uma postura técnica de um político ao fazer a solicitação, na década de 1990, de estudo de um prédio para tombamento.

Destacamos também que quando foi solicitado o tombamento de diferentes prédios em um mesmo ofício enviados pelo Deputado Vasques Landim não foi endossada a possibilidade, nem sequer mencionada, do tombamento do conjunto urbano, que naquela altura, pelo estado de conservação de boa parte do conjunto, ainda tinha possibilidade.

No estado do Ceará quatro cidades históricas têm seus conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, são elas, Aracati (CE); Icó (CE); Sobral (CE) e Viçosa do Ceará (CE). Dessas, duas cidades tiveram incluídas no tombamento do conjunto urbano os monumentos Casa de Câmara e Cadeia: Aracati e Icó.

A Casa de Câmara e Cadeia do Crato também foi construída em uma local Nobre da cidade, próximo a Igreja Matriz. Pois, representava para o período um instrumento civilizador, em que não só apenas as ações sociais começavam a ser organizadas em conjunto legislativo, bem como a aplicação de penas por meio da retirada de liberdade, um dos principais princípios que indica a concepção moderna no mundo ocidental.

Partindo das narrativas construídas em torno da Casa de Câmara e Cadeia do Crato, bem como do patrimônio edificado da cidade em Geral, Ana Paula Gurgel discute a necessidade de entender os processos legais de reconhecimento da importância dessas construções para que haja preservação

⁶⁷ Processo Digitalizado - Volume Vol 1 Parte 1 (SEI nº 0395523). [Parecer Técnico 68 (2854933) SEI 01458.000097/2013-78.

do patrimônio urbano-arquitetônico como dimensão física para a salvaguarda da memória de uma sociedade.⁶⁸

Ana Paula Gurgel, também fala da importância que a cidade do Crato ocupa na história da região, mas que também tem forte influências para além dessas fronteiras. Como destacou,

Do ponto de vista histórico, o Crato foi uma das primeiras povoações fundadas no estado, quando ainda no século XVII foram catequizados os índios que habitavam o vale de terras férteis onde hoje está sediada a cidade. Com o passar dos anos e com as transformações inerentes ao desenvolvimento urbano sem controle rigoroso, o conjunto arquitetônico do centro histórico foi sendo gradualmente descaracterizado.”⁶⁹

Uma das descaracterizações que podemos usar como exemplo a fim de concordar com a análise apontada pela autora é a que ocorreu na rua Miguel Lima Verde. Na fotografia abaixo, vemos uma vista parcial da Rua Miguel Limaverde, no trecho da Praça da Sé, com foto realizada na década de 1930.

Figura 6: Rua Miguel Lima Verde, Crato, década de 1930



⁶⁸ GURGEL, Ana Paula C.. Crato. A cidade que não quer ter patrimônio. Minha Cidade, São Paulo, ano 13, n. 148.02, **Vitruvius**, nov. 2012.<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.148/4567>>.

⁶⁹ GURGEL, Ana Paula C.. Crato. A cidade que não quer ter patrimônio. Minha Cidade, São Paulo, ano 13, n. 148.02, **Vitruvius**, nov. 2012.<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.148/4567>>.

Fonte: Cariri das Antigas

<https://www.facebook.com/cariridasantigas/posts/3904636812986297/>

Atualmente, a Rua Miguel Lima Verde se transformou em centro comercial, onde as fachadas coloniais, que tiveram suas demolições iniciadas desde a década de 1940, foram sendo substituídas por paredes sem contornos e tomadas por placas publicitárias nas fachadas dos prédios que foram virando pequenos pontos comerciais.

Ana Paula Gurgel, afirmou em 2012 que,

O Crato necessita da criação de políticas públicas em caráter urgencial para a efetiva salvaguarda do seu patrimônio – como posturas que regulem as modificações impostas sobre o ambiente construído e que incentivem o uso e conservação dos imóveis – pois caso os questionamentos se mostressem verdadeiros, tais transformações acarretarão perda significativa da sua memória cultural.⁷⁰

As políticas culturais de salvaguarda do patrimônio não foram implementadas na cidade. De lá para cá, a situação de demolição de prédios históricos se tornou episódio ainda mais comum, restando poucas fachadas e/ou traços arquitetônicos antigos, mais blocos sem formas contornos foram invadindo as paisagens urbanas.

As memórias em torno desses patrimônios edificadas que ainda existem, por exemplo, são fortes, ao mesmo tempo que essas edificações se tornam gatilhos para convocar memórias de outros tempos.

⁷⁰ GURGEL, Ana Paula C.. Crato. A cidade que não quer ter patrimônio. Minha Cidade, São Paulo, ano 13, n. 148.02, **Vitruvius**, nov. 2012.<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.148/4567>>.

3 O MUSEU HISTÓRICO E O MUSEU DE ARTE: AS RESSIGNIFICAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ARQUITETÔNICO-ESPACIAIS

Os Museus Históricos, em sua maioria, se constroem como lugares de memórias, pois, mais do que organizar as narrativas mnemônicas, muitas vezes os próprios prédios são lugares dos quais muitas vivências e práticas foram ali desenvolvidas, fazendo desse espaço um captador de memórias e um gatilho para despertar lembranças diversas. No entanto, as narrativas organizadas em torno dos acervos museológicos guardam intrinsecamente uma tensão entre o que foi escolhido para ser lembrado, implicando no esquecimento de várias outras memórias possíveis, que poderiam ser consideradas a partir de outros pontos de vistas e/ou interesses políticos.

Para falarmos do Museu Histórico do Crato como um lugar de memória, devemos considerar que nem todas as lembranças suscitadas foram elencadas como palatáveis à narrativa oficial organizada no Museu, pois, lembranças muito específicas em torno do próprio prédio ficaram à margem nas estratégias do fazer lembrar.

Segundo Pierre Nora,

entende-se por 'lugares de memória': [...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais.⁷¹

O que não aconteceu no Museu Histórico do Crato, portanto, foi a criação de um acervo (ou de uma sala de exposição que fosse) que fizesse referência diretamente ao prédio e as relações que foram ali estabelecidas. A antiga Cadeia Pública e a Casa de Câmara caíram no esquecimento, ao mesmo tempo que a estrutura arquitetônica “gritava aos quatro cantos” do que o prédio se tratava, fosse por meio das paredes com mais de 1 (um) metro de espessura ou das grades de ferro alocadas nas janelas. Ainda assim, o edifício é reconhecido como

⁷¹ NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993, p. 15.

um lugar de memória, como geralmente são os prédios que abrigam museus históricos.

A Casa de Câmara e Cadeia é testemunha da época em que as formas de punição chegavam aos interiores do país, nos espaços sertanejos, de uma forma organizada, pois, ela foi responsável por abrigar instâncias de poder voltadas para a legislação e a punição durante grande parte do século XIX e século XX. Assim, com isso, devemos considerar que se as memórias em torno do prédio e das relações ali empreendidas não eram interessantes de serem lembradas e representadas, pelo menos o conjunto arquitetônico que o prédio carrega poderia ser considerado pelo Museu Histórico. Ainda assim, considerando que as narrativas memorialísticas da edificação, dessa cultura material, são intrinsecamente relacionadas com as histórias que se desenrolam em seu interior e arredores.

Quando falamos do conjunto arquitetônico a partir do edifício destacamos a possibilidade da musealização da arquitetura do prédio que abriga os museus. Para esse processo, poderiam ter sido destacados os aspectos históricos e funcionais da edificação, bem como sua relevância para a memória e história regional. Pois concordo com Maria Gabriele que a História dos prédios museais e sua arquitetura precisa fazer parte das estratégias agregadoras de valores nas ações desenvolvidas nessas instituições.⁷² E ao discutir sobre o prédio que abriga os Museus no Crato, noto que apenas fazer menção que este foi a Casa de Câmara e Cadeia não é suficiente, isso quando este dado era citado por curiosidade dos visitantes.

Assim, embora os Museus tenham passado a ocupar esse prédio antigo, que já havia sido palco de diferentes relações sociais por mais de um século, o que se vê nas narrativas do Museu e no seu acervo é a ausência da História da Cadeia, o seu silenciamento.

Se concordarmos com Mário Chagas, para quem não “há humanidade possível fora da tensão entre o esquecimento e a memória”⁷³, a constituição de um museu seria principalmente o de organizar as narrativas mais verossímeis e

⁷² GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima. **Musealização do Patrimônio Arquitetônico: Inclusão Social, Identidade e Cidadania**. Museu Vivo da Memória Candanga. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.

⁷³ CHAGAS, Mario. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 31, 2005, p. 24.

por isso capazes de construir representações sobre o passado desejável, enquanto outros são esquecidos. Essas narrativas devem suscitar a mediação dos sujeitos com a dimensão daquilo que não é mais, mas que suscite curiosidades e questionamento, pois, um museu tem, entre suas ações a necessidade da “seleção e conservação de um dado conjunto de documentos, objetos, artefatos ou imagens, e na comunicação dos conteúdos que deseja apresentar.”⁷⁴

Consideramos que os Museus da Cidade do Crato, abrigados no prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, não têm a história do prédio e as relações sociais construídas em torno dele como núcleos a serem considerados dentro da lógica de sua organização, no entanto, essa lógica não é dominante em outras Casas de Câmaras e Cadeias que se tornaram lugares de memórias. Para esse confronto selecionamos alguns prédios de Casas de Câmara e Cadeia que atualmente abrigam Museus: Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Portalegre, localizada no interior do estado do Rio Grande do Norte, atualmente funciona como um espaço que dispõe de um museu, uma pinacoteca e a Biblioteca do município⁷⁵; Casa de Câmara e Cadeia na cidade de Goiás, atualmente Museu das Bandeiras (MuBan)⁷⁶; Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia, atualmente MMJBC⁷⁷; na cidade de Cachoeira/BA, identificamos o Museu da Casa de Câmara e Cadeia⁷⁸.

No Museu da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Cachoeira/BA, identificamos a partir do trabalho de Cristiano Araújo que o acervo do Museu faz referência às instituições que funcionaram anteriormente no prédio, pois, entre o acervo o pesquisador relaciona “As Atas de Câmara Municipal da cidade de Cachoeira servem como fontes documentais, ou seja, nela se encontra

⁷⁴ POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu**. Porto Alegre: EST Edições, 2001, p. 10.

⁷⁵ COSTA, Ellen Brasil et al. Casa de câmara e cadeia: memória enraizada e a preservação do patrimônio no município de Portalegre/RN. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 38628-38638, 2021.

⁷⁶ DA SILVA SANTOS, Arthur; DA SILVA, Lorraine Gomes. CASA DE CÂMARA E CADEIA (MUBAN) DA CIDADE DE GOIÁS: INCLUSÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 7, n. 1, p. 15-29, 2018.

⁷⁷ ZUCHINI, Vitor de Paiva. **Educação Patrimonial e Ensino de História: uma discussão em torno da patrimonialização federal da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia e as narrativas expositivas do Museu Municipal João Batista Conti**. 2021.

⁷⁸ ARAUJO, Cristiano da Silva. **Comunicação museológica e pública no Museu Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Cachoeira-BA**. Monografia (Graduação em Museologia), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.

informações acerca da dinâmica interna da sociedade.”⁷⁹ Esse autor menciona outros elementos considerados pelo acervo do Museu, em suas mediações, que nos levam a perceber que existe a presença de referências para relações sociais estabelecidas em torno do prédio numa visão mais total das atividades/ações ali vivenciadas.

É certo, portanto, quando falamos de políticas de preservação da memória que prevalece “a dialética lembrar/esquecer: para se criar uma memória nacional privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade.”⁸⁰ Assim, da mesma forma, para construção de uma narrativa histórica em torno da cidade do Crato foram considerados os elementos ditos civilizatórios em detrimento de outros.

O professor Leonardo Castriota destaca, portanto, que ao pensarmos na questão da preservação do ambiente urbano lidamos com um duplo condicionamento: se por um lado temos a cidade como um organismo vivo em processo de constante renovação, por outro lado, cabe à sociedade e ao Governo orientar esse processo de renovação e transformação, garantindo que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento. Pois, para esse intelectual, não se trata de congelar a vida nas cidades, ou transformá-las em museus, encerradas em memórias estáticas.⁸¹

A fim de reforçar a perspectiva apresentada por Castriota, destacamos a concepção de Maria Cecília Londres Fonseca, ao considerar que

uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade.

⁷⁹ Idem, p. 42.

⁸⁰ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 65.

⁸¹ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

Trata -se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação.⁸²

Ao partir de tal provocação, reforçamos a ideia que já estamos defendendo ao longo desse trabalho, é difícil compreender o processo de constituição desse patrimônio quando ele é silenciado em espaços que deveria ter ganhado projeção. Relembramos, portanto, que a noção de patrimônio como um bem público, no entanto, foi construída durante o século XIX⁸³. Naquele contexto, dois aspectos saltavam aos interesses daqueles que defendiam os edifícios históricos e monumentais como um bem público a serviço da memória coletiva: o primeiro dizia respeito a sua utilidade; já o segundo considerava sua beleza. Segundo Regina Abreu, com o decorrer do século XIX, “o patrimônio passaria cada vez mais a ser compreendido como um bem público para ser visto”⁸⁴, pois, passou a existir, naquele contexto, uma hegemonia da visualidade no campo do patrimônio.

Se a utilidade e a visualidade passaram a ser elementos essenciais para a qualificação de um edifício como patrimônio, o prédio da Antiga Cadeia Pública do Crato ocupa bem esse lugar, pois, além de abrigar o Museu Histórico e o Museu de Arte, ainda mantém sua imponente arquitetura na paisagem da cidade. No entanto, ao mesmo tempo que o prédio se lança como estrutura para os Museus, cai no esquecimento. As memórias em torno do prédio e do cotidiano em torno das relações estabelecidas na prisão não aparecem nos acervos nem nas falas dos guias. Assim, tentamos refletir sobre os silenciamentos em torno da antiga Cadeia no Museu Histórico e como outras memórias e narrativas invadem esses silenciamentos.

⁸² FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p. 36.

⁸³ ABREU, Regina. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 14, n. 1, p. 17-35, 2012.

⁸⁴ ABREU, Regina. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 14, n. 1, p. 17-35, 2012, p. 21.

3.1 A criação do museu histórico e do museu de arte na cidade do Crato, no final do século XX

O Instituto cultural do Cariri - ICC, fundado em 18 de outubro de 1953, tinha como um dos seus principais objetivos criar um museu histórico para a cidade do Crato, onde se pudesse abordar diversos temas culturais e resguardar a memória regional por meio de objetos diversos. Em 1958 o secretário geral do ICC, na época José de Figueiredo Filho⁸⁵, usou parte de seus bens particulares para a realização de uma campanha que almejava reunir o maior número de objetos e documentos doados pelos moradores da cidade, para servir como acervos. Assim, no mês de dezembro de 1958 foi inaugurado o Museu Histórico da cidade.

Inicialmente o Museu funcionava na Rua Miguel Lima Verde, 470, centro da Cidade, e na gestão do Dr. Humberto Macário de Brito o Museu mudou-se para o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato, onde permanece até hoje. Sua nomenclatura mudou algumas vezes. Primeiramente, foi chamado de Museu Itaytera, palavra de origem indígena que também nomeava/nomeia a Revista que é órgão do ICC; em seguida, passou a ser chamado de Museu José de Figueiredo Filho, mas como já tinha/tem uma Fundação com esse mesmo nome na cidade, mudou mais uma vez; por fim, ficou nomeado como Museu Histórico do Crato, nomenclatura que se mantém até os dias atuais.

Figura 7: Placa do Museu com antiga nomenclatura



Foto: Rosy Laurentino (2015)

⁸⁵ J. de Figueiredo Filho (Crato, 14 de julho de 1904 – Crato, 29 de agosto de 1973) foi farmacêutico, professor de história, intelectual e escritor. Entre suas publicações destacam-se: **Renovação** (1937); **Meu mundo é uma farmácia** (1940); **Engenhos de rapadura do Cariri** (1958); **O folclore no Cariri** (1962); **Folgedos infantis Caririenses** (1966); **História do Cariri**, obra publicada em 4 volumes entre os anos de 1964-1968.

O Museu tem um riquíssimo acervo sobre a história da cidade e de alguns dos seus antigos habitantes. Dentre os muitos acervos se encontram diversos materiais dos indígenas kariris, como: cachimbo, material de caça, um pequi esculpido numa pedra, urna funerária e etc. Também alguns acervos dos primeiros materiais sacros da Igreja da Sé, doados pela diocese; objetos pessoais da heroína Bárbara de Alencar (roupas, móveis, louças); objetos pessoais de José de Figueiredo Filho; pertences dos antigos moradores da cidade, móveis, louças, máquinas de costuras, fotografias, máquina de tecer, uma interessantíssima máquina de hidratar cabelo, entre outras coisas. O Museu Histórico do Crato funciona no térreo do prédio.

Figura 8: Materiais dos indígenas kariris: cachimbo, material de caça, um pequi esculpido numa pedra.



Foto: Rosy Laurentino (2015)

Figura 9: Urna funerária dos indígenas kariris.



Foto: Rosy Laurentino (2015)

Figura 10: Objetos que, segundo funcionários do museu, pertenciam a Bárbara de Alencar.



Foto: Rosy Laurentino (2015)

Figura 11: Máquina de hidratar cabelo.



Foto: Rosy Laurentino (2015)

No andar de cima do mesmo prédio funcionava o Museu de Arte Vicente Leite, idealizado e criado posteriormente, em 1972, pelo artista plástico Bruno Pedrosa, nascido na cidade de Lavras da Mangabeira – CE. Bruno morou e estudou no Crato por um tempo e criou imensa paixão pela cidade, segundo me disse uma funcionária do Museu⁸⁶. Se considera cratense de coração. Seu nome de batismo é Roberto Pedrosa, mas adotou Bruno como nome artístico após usá-lo no mosteiro onde passou algum tempo e quase se tornou monge. Alguns de seus trabalhos são assinados por ele como “R. Pedrosa”.

Bruno Pedrosa com a ajuda de alguns conhecidos e amigos artistas plásticos do Rio de Janeiro, onde ele morava na época da fundação do Museu de Arte, reuniu as primeiras doações de obras para o Museu, que recebeu o nome de Museu Vicente Leite para homenagear um famoso artista visual da cidade. Segundo Raimundo de Oliveira Borges (1995), Vicente Leite foi um artista de fama internacional, que se dedicou a pintar paisagens belíssimas,

⁸⁶ As informações sobre Bruno Pedrosa foram repassadas para mim em entrevista com uma antiga funcionária do Museu de Arte, em 19 de novembro de 2015.

algumas que podem ter sido diretamente inspiradas nas riquezas naturais do Cariri cearense.

O Museu Vicente Leite no Crato era o único Museu de Arte do interior do Ceará, até então apenas Fortaleza tinha Museus de arte. Nele, estão reunidos um belo e valioso número de obras famosas e de artistas renomados, não só da região, mas também de outros Estados e até outros países. Obras do próprio Vicente Leite, Auguste Rodin, Bruno Pedrosa, Joaquim Pedroso, Edilma Rocha, Sanção Pereira, Artur Pisa, Chico Silva e esculturas de Sinhá D'Amora e Salita Vacani.

No início do ano de 2009, por decorrência das fortes chuvas, parte do teto e boa parte do piso do Museu de Arte, que ficava no andar de cima do prédio, desmoronou. Desde então, até o presente ano de 2023, o Museu de Arte se encontra fechado, por estar em um estado que impossibilita a visitação.

O Museu Histórico, que fica no térreo do mesmo prédio, também foi atingido por tal situação. Em decorrência da precariedade estrutural, grande parte dos acervos tiveram que ser retirados. Na falta de um local adequado, estão amontoados nas salas que ainda podem ser consideradas inteiras, porém nada adequadas. A maioria das obras do Museu de Arte Vicente Leite estão em um espaço alugado pela prefeitura, também não apropriado, mas longe da poeira e mofo do prédio, enquanto o restante dos objetos, infelizmente, permanece no local.

Se na memória escrita e museológica há uma tentativa de silenciamento sobre o cotidiano da Cadeia e as formas de controle social sobre os presos, nas memórias orais dos cratenses, as experiências são rememoradas, ora lembrando presos e formas de dominação social e moral, ora subvertendo a ordem, apontando resistências e práticas cotidianas diversas.

Para exemplificar as questões apresentadas destaco minha passagem como voluntária no Museu Histórico do Crato, que se deu do ano de 2014 até meados de 2016, além disso sempre visitava o Museu desde criança. Quando voluntária exercia a função de guia no Museu e logo no primeiro dia de trabalho acompanhei uma senhora que entrou para visitação. Depois de acompanhá-la pelas exposições e de mostrar a história dos acervos, notei que algo a intrigava e então eu disse que ela poderia me interromper e perguntar o que quisesse, a primeira coisa que ela me perguntou foi “Aqui era o quê?”, confesso que fiquei

confusa sobre o que ela queria saber, mas ela foi enfática e ansiosa, continuando “funcionava o quê, aqui nesse lugar antes?”. Só pude responder que havia sido uma prisão. Naquele momento, por falta de conhecimento sobre a cadeia, redirecionei o assunto para os acervos, mas desde então nunca mais parei de pensar sobre a cadeia.

Durante o período que trabalhei no Museu conheci pessoas que eram funcionárias daquele espaço fazia décadas. Ao conversar com essas pessoas percebi que a história da cadeia nunca havia sido contada no Museu, no máximo, quando os visitantes tinham a curiosidade de perguntar sobre o prédio, se limitavam em dizer que tinha sido uma cadeia e que não sabiam informar muitas coisas, como datas ou qualquer outro tipo de detalhe, assim como aconteceu comigo no episódio que relatei acima com a visitante.

Entre uma visita e outra, inúmeras pessoas me perguntavam sobre a história do prédio, mesmo não tendo nenhum acervo que remetesse a cadeia. Como já mencionado, existe a falta de conhecimento e informações sobre o prédio por parte dos próprios funcionários do lugar. Em uma entrevista com uma das pessoas que estava à frente dos Museus na época ouvi o que se encontra transcrito.

Funcionária 1: Aqui funcionava a cadeia, né? Casa de câmara e cadeia. E quando a cadeia foi construída o Museu veio ocupar esse espaço. Que eu acho que foi no governo de Humberto Macário de Brito, acho que foi, do Dr. Humberto.

Eu: Quando a cadeia foi construída?

Funcionária 1: Não, quando o museu veio pra cá. Esse prédio, o final da construção dele é de 1817. Nós não sabemos [...] aliás, 1817 não, perdão. 18... Eu não sou boa de data, mas tem ali na plaquinha, depois a gente olha. Aí quando a cadeia saiu, o museu veio pra esse espaço.⁸⁷

Se era difícil encontrar relações precisas no que diz respeito ao prédio e as suas datas de fundação, por exemplo, era mais difícil ainda cobrar que fossem tecidas considerações sobre o funcionamento e o cotidiano da cadeia, ou ainda, que no próprio Museu houvesse algum acervo que fizesse menção diretamente ao prédio da Antiga Cadeia e/ou às suas Memórias.

⁸⁷ Entrevista com a funcionária 1 do museu em 19 de novembro de 2015.

3.2 Memória e Silêncio

Na construção escrita da memória sobre a cidade do Crato do século XX, poucas referências à Cadeia foram publicadas. Em 1950, o médico e historiador Irineu Pinheiro publicou “O Cariri”, uma importante obra de natureza histórica sobre a região sul do Ceará. Na obra, um clássico da historiografia tradicional do Cariri, ele escreveu uma pequena passagem sobre a Cadeia. Eis suas palavras:

Não faz muito era a cadeia cratense um lúgubre edifício. (...) Em baixo as enxovias, cavadas no chão, a umidade a escorrer as paredes, os presos a alcançarem mal com as cabeças as estreitas janelas gradeadas de ferro e rasgadas para a Praça da Matriz. (...) A princípio uma escada de madeira comunicava a rua com o pavimento superior da lôbrega construção, no qual se realizavam as sessões do júri, as audiências dos juizes, e etc. (...) Tal a fetidez que as autoridades temiam de entrar para passarem revistas. (...) Um lugar de indizíveis tormentos.⁸⁸

Irineu Pinheiro também escreveu um livro intitulado Efemérides do Cariri (1963). Nele, o médico escritor datou acontecimentos políticos, religiosos e sociais considerados importantes. No escrito, Pinheiro mencionou uma revolta dos presos na Cadeia do Crato, e a forma como ela foi controlada:

1885, 20 de julho. Revolta dos presos do Crato, dirigidos por Manuel Viriato Formiga. Pontou-se na luta, bravamente, o cabo Mareco, impedindo que os rebeldes abrissem uma das portas da cadeia. Só se submeteram os revoltosos sob a ameaça de lançarem cal dentro das prisões, através de aberturas feitas no soalho da casa da câmara, que ocupava a parte alta do edifício.⁸⁹

Tal revolta ocorreu no século XIX, mas o livro foi lançado em 1963. Ele possui mais de 500 páginas, mas não apresenta outras referências sobre a Cadeia e os presos. E isso diz muito. Nessa construção de uma memória escrita sobre o Crato do século XX, não encontramos (até o momento) outras publicações relacionadas à Cadeia Pública. Nem mesmo o Instituto Cultural do Cariri (ICC), uma importante instituição intelectual cratense lançou alguma notícia na conhecida Revista Itaytera, publicada desde 1955, perdurando até os

⁸⁸ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes.** – Ed. fac.sim. – Fortaleza: FWA, 2009, p. 105.

⁸⁹ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes.** – Ed. fac.sim. – Fortaleza: FWA, 2009, p. 164.

dias atuais.⁹⁰ Talvez não fosse interessante para o lugar que ainda se vangloria “cidade da cultura” retratar as situações dos presos na sua Cadeia, embora ela estivesse situada no seu centro, defronte à Praça principal, e vizinha à Igreja da Sé. Esse silêncio na escrita sobre o Crato do século XX também diz muito.

Mesmo que as pessoas estejam mais interessadas em saber sobre a história da Antiga Cadeia, mesmo que o lugar poderosamente se faça presente na sua estrutura física, talvez não fosse interessante que essa história se misturasse com as histórias escolhidas para apresentar/representar a cidade do Crato no Museu Histórico.

De acordo com José Ítalo Bezerra Viana,

Semelhante a outros modos de produção do espaço pela narrativa histórica, a propaganda turística sobre a cidade do Crato fez e faz usos do passado de acordo com demandas do presente. Nesse tipo de formulação, o discurso de promoção do turismo investiu na busca de nostalgia e exotismo para preservar e difundir elementos materiais e simbólicos que contariam aspectos da história e da cultura local e legitimariam a reivindicação de lugar destacado.⁹¹

Esse trecho nos mostra bem as intenções da cidade nas construções das suas narrativas e seu objetivo final de trazer aos turistas uma ideia de um lugar lembrado por tradições culturais e simbólicas de riqueza e destaque.

O Museu Histórico do Crato conta, até a presente data, uma história em que não aparece a cadeia, mas a cadeia nunca deixou de aparecer no museu. Porque ela envolve e abraça todo o material que lá está acolhido, a casa dos acervos fala mais alto que os próprios materiais, o prédio pomposo se impõe o tempo todo.

Em junho de 2021 fui convidada por uma equipe organizadora de um curso de museologia social, promovido pela prefeitura do Crato, onde participei como aluna, para fazer parte de um grupo de trabalho para o novo projeto expográfico do Museu Histórico. Esse grupo procurava implementar um método mais eficiente para explorar melhor as construções das narrativas da nova exposição, e contava com alguns colaboradores especialistas e/ou

⁹⁰ Ver <https://institutoculturaldocariri.com.br>. Acesso em: 08/06/2021.

⁹¹ BEZERRA, José Ítalo Viana. **As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI**. Tese (Doutorado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017, p. 88.

pesquisadores que pudessem agregar no trabalho. A equipe seria responsável por construir um plano de exposição onde seriam definidos temas, textos, imagens e objetos do/para o Museu, contando com a colaboração de três pesquisadores: eu e mais duas pessoas. Foi um convite para trabalhar de forma voluntária e que ao passar dos dias e reuniões, percebi que esse trabalho precisaria de dedicação exclusiva, mas naquele momento, mesmo querendo participar do projeto, minhas demandas profissionais e pessoais me impossibilitaram de continuar o trabalho de forma mais intensa e então logo no início decidi abdicar da função.

Ainda no início da execução do projeto, eu fui a única pessoa que pedi para que tivesse pelo menos uma sala falando sobre a história da Antiga Cadeia. Minha proposta foi aceita, mas tínhamos um embate sobre o que expor, já que haviam poucos objetos da cadeia, o que tínhamos eram as entrevistas que eu já tinha feito com antigos presos e duas ou três fotos. Notei um pequeno empecilho nesta logística. Estávamos vendo a possibilidade de dedicar uma parede de cada sala para serem apresentadas fotos e narrativas sobre a cadeia, mas acabei saindo do grupo por conta dos motivos que citei anteriormente. Até então, não sei se a ideia de falar sobre a cadeia será realmente retomada e implementada.

O Museu Histórico funciona (ainda que fechado por tempo indeterminado para reforma) desde 1972 e é muito intrigante esse fato de nunca ter feito menção e referência à Cadeia. Embora não falasse, era óbvio do que se tratava o prédio, porque a própria construção tem a sua significação já pronta e determinada, através das grades nas janelas, do calabouço, das paredes extremamente grossas e etc.

Essa falta de informação e de acervo sobre a Antiga Cadeia não aquietou os visitantes que passaram a criar narrativas e conexões da cadeia com os acervos do próprio Museu. Aconteceu muitas vezes de eu ver pessoas fazerem suas próprias conexões imaginárias entre os objetos em exposição e a cadeia.

Um dos exemplos disso, é a história de um carro que tem no acervo, onde criaram uma narrativa de que aquele era um carro policial da Volante da antiga cadeia. No entanto, se trata de um carro pequeno e alegórico, de mais ou menos 1,5m de comprimento e menos de um metro de altura. No registro de sua catalogação conta-se que ele era destinado para propagandas comerciais, andava pelas ruas do Crato com a finalidade de proferir anúncios e não de

conduzir soldados para punir e/ou vigiar. O carro que mais parece de parque de diversões, pelo tamanho e modelo, do que um jipe policial, se assemelha com aqueles que tem nos carrosséis de automóveis para crianças. Segue a fotografia do carro:

Figura 12 – Carro de propaganda comercial que andava pelas ruas do Crato. Até o presente momento, não consegui informações de datas exatas de seu funcionamento.



Foto: Rosy Laurentino (2018)

No entanto, as leituras inventivas do acervo do Museu e suas relações com o prédio que o abriga tratam de trazer a Antiga Cadeia para o Museu. Os silêncios da instituição para com a Memória da Cadeia se rompem quando alguém pergunta “E aqui era o quê?”. Dada a resposta, a Cadeia passa a invadir o Museu muito mais que o desejável, não é apenas o prédio que se vincula a prisão, o próprio acervo passa a ser ressignificado e lido a partir dessa referência. Pois, a ausência de objetos que se relacionem diretamente com a Cadeia e mesmo o vazio de informações sobre esse prédio/patrimônio, estimula a uma reconstrução imaginária de conexões, realizada pelos próprios visitantes, sem necessariamente, ter uma fundamentação de existência.

Ainda que o silenciamento prevalecesse pela forma que o acervo é/era organizado, as antigas celas da Cadeia funcionavam como salas temáticas da

exposição do acervo (quando o Museu ficava aberto).⁹² E mesmo sem uma referência direta, quando os visitantes entendiam o que aquele prédio representava, se relacionavam com o espaço de uma forma diferente, ao ponto de ser o antigo calabouço, onde os presos eram reprimidos e punidos, um dos pontos mais temidos e que despertava a curiosidade dos visitantes ao entrarem na Instituição. Assim, a própria Casa de Câmara e Cadeia suscita um percurso de mediação histórica-arquitetônica dentro do Museu.

As ressignificações da Casa de Câmara e Cadeia, bem como o acervo do Museu, não acontecem apenas pelo imaginário dos visitantes que desconhecem aquele patrimônio. Pois, o patrimônio de pedra e cal também suscita memórias de pessoas que se relacionam de diferentes formas com aquela Casa de Câmara e Cadeia. Essas memórias organizam as narrativas silenciadas pelo Museu e é sobre algumas delas que nos deteremos no próximo capítulo desta dissertação.

⁹² Há mais de dez anos o Museu Histórico do Crato fechou oficialmente para uma reforma. Nesse tempo, ele reabriu algumas vezes (num curto intervalo de tempo), como por volta de 2014 e 2017. Desde seu fechamento para reformas, seu funcionamento é instável.

4 MEMÓRIAS DA CADEIA, MEMÓRIAS DO EDIFÍCIO, MEMÓRIAS DO DIFÍCIL

Quando falamos em “memórias” e “cadeia” é comum lembrarmos da obra *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos (1892-1953). Esse texto nos serve como ponto de partida não apenas porque articula essas duas palavras que são centrais neste capítulo, mas, principalmente, porque apresenta caminho possível para refletir sobre as relações entre o corpo e a memória. Pois, se considerarmos o estudo realizado por Alfredo Bosi sobre dimensão do “testemunho” em *Memórias do cárcere* percebemos que a presença do corpo daquele que vivenciou determinada experiência carrega cicatrizes (físicas ou não) que marca uma subjetividade específica dentro de suas relações⁹³.

Assim, concordando com Michel de Certeau,

Não há direito que não se escreva sobre corpos. Ele domina o corpo. A própria ideia de um indivíduo isolável do grupo se instaurou com a necessidade, sentida pela justiça penal, de corpos que devem ser marcados por um castigo.⁹⁴

A justiça articula texto que faz força sobre corpos, discute seus direitos e seus castigos. Desse modo, quando pensamos a cadeia como ação punitiva consideremos que a experiência sobre o corpo é que faz valer o castigo. Ou seja, o cárcere marca o corpo porque na nossa sociedade não existe outra forma de estabelecer o direito sem ser escrito pela dominação dos corpos. Dessa experiência são estabelecidas relações que deixam marcas/memórias, que nem sempre são fáceis de serem lembradas. É sobre elas que nos deteremos.

Entendemos neste trabalho que o fato da Casa de Câmara e Cadeia do Crato ter sido um cárcere não o torna invariavelmente um “patrimônio difícil”. Pois, essa categoria de patrimônio, também conhecidos como sombrios, dissonantes, marginais e de dor, são no geral locais associados ao sofrimento, à exceção, encarceramento, segregação, punição e morte, mas estão associados em sua maioria a grandes conflitos e catástrofes.⁹⁵

⁹³ BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. **Estudos Avançados**, v. 9, p. 309-322, 1995.

⁹⁴ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano I: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 231.

⁹⁵ LOGAN, W.; REEVES, K. (Org.) **Places of pain and shame**. Dealing with difficult Heritage. London/New York: Routledge, 2009.

Geralmente quando são patrimonializadas tem a função memorial de ser local de peregrinação e/ou de rememoração coletiva, com o intuito da reparação de direitos e tentativa de não repetir grandes erros socialmente construídos. Destacamos, portanto, que a patrimonialização do prédio de Casa de Câmara e Cadeia do Crato, somados à constituição de um Museu Histórico em seu espaço, não implicaram necessariamente em questionamentos sobre o que fazer com as memórias que existiam em torno do lugar e das relações estabelecidas em seu entorno.

Portanto, é necessário pensarmos sobre memórias que despertam lembranças dolorosas e de se imaginar que o desejo de esquecimento seja o mais comum. No entanto, por ser difícil falar sobre elas também é difícil de esquecê-las, pois, muitos gatilhos disparam e lançam tais memórias no cotidiano das pessoas que as tentam esquecer e assim essas memórias atravessam diversas relações que as mantêm vivas.

É importante notarmos, com isso, que ao falarmos de um prédio que abrigou uma Casa de Câmara e Cadeia, tendo servido de cárcere para muitos habitantes da cidade, esse seja um dos espaços que destrava memórias que nem sempre são desejáveis. Não podemos ignorar, no entanto, que a imponência do prédio produz sentidos para os sujeitos que tem sua história atravessada com as relações que eram tecidas naquele espaço, assim, esse edifício não deixa esquecer as relações e as lembranças que foram envolvidas por suas grades e pelas grossas paredes de memórias. Assim, o entendemos como um patrimônio difícil.

Segundo Cristina Meneguello e Daniela Pistorello,

As políticas de patrimonialização que envolvem memórias difíceis, no Brasil, são recentes. Resultados de calorosos debates, explicitam disputas políticas entre o que e quem deve ser lembrado e/ou esquecido; por que e para quê. A exemplo desta complexidade, pode-se citar os processos de tombamento de instituições de profilaxia da hanseníase (os conhecidos “leprosários”), criadas especialmente nas décadas de 1930 e 1940. [...] Não menos controversos são os processos de tombamento do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, localizado na região portuária do Rio de Janeiro, e dos campos

de concentração que abrigavam os “retirantes da seca”, no interior do Ceará.⁹⁶

Aqui lembramos, mais uma vez, portanto, que o prédio de Câmara e Cadeia do Crato não foi lido como um patrimônio difícil no seu processo de tombamento. Quando tombado, foi levado em consideração muito mais a estrutura física e arquitetônica do que as relações que foram construídas em torno do prédio, na esteira da patrimonialização dos edifícios de “pedra e cal”. Esse fato é tão visível que se repete no próprio tratamento que o Museu estabeleceu com o prédio e sua história: a do silenciamento da cadeia.

No entanto, lembramos que mesmo com os problemas de não existir no Museu uma referência direta entre seu acervo e o espaço físico é importante a manutenção do espaço como “lugar de memória”, pois,

os “lugares de memória” nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea.... (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (...) Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.⁹⁷

Reconhece-se, então, que as memórias de ex-detentos e de pessoas que vivem na sociedade tem como suporte para algumas dessas relações/memórias a edificação, pois, muitas memórias são evocadas a partir do espaço edificado, o patrimônio, que auxilia no despertar e na manutenção dessas lembranças/memórias, que serão evocadas sempre que existir a pergunta “aqui era o quê?”. O patrimônio histórico também traz a presença de outras vozes e grupos que são ignoradas e silenciadas entre as paredes das edificações, mas que ajudam na resistência dessas vozes a persistirem e insistirem a serem vistas e ouvidas, como afirma e exemplifica Felipe Criado Boado e David Barreiro,

El patrimonio no es solo el monumento de las memorias victoriosas en la historia. Los perdedores, los protagonistas anónimos, las resistencias, también producen bienes patrimoniales. La voluntad de verdad y la voluntad de visibilidad hegemónicas pueden ocultar esto y condenar otros patrimonios al olvido y la opacidad. Pero los materiales son tan persistentes como las resistencias, y a través de aquellos finalmente se representan éstas. Así terminan emergiendo patrimonios no

⁹⁶ MENEGUELLO, Cristina; PISTORELLO, Daniela. Apresentação-Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, p. 4-11, 2021, p. 6-7.

⁹⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993, p. 13.

deseados por el poder dominante, pero que se hacen presentes y reafirman la presencia y reclamaciones de otras voluntades. La Cárcel de Carabanchel en Madrid, sería un ejemplo. Fue la principal prisión de la represión franquista contra los opositores al régimen y recientemente fue demolida dentro de una operación inmobiliaria, pero, mientras tanto, la comunidad y los memoriosos de la resistencia demandaban su preservación como monumento de memoria.⁹⁸

As memórias, dessa forma, auxiliam para que a História dos que foram reprimidos naquele espaço não seja varrida junto com os escombros do prédio caso não tivesse existido minimamente uma preocupação em patrimonializar tal edificação. O que nos leva a perceber que as memórias ajudam a dar sentido para o prédio se manter em pé e ser considerado um patrimônio, no entanto, por ser um patrimônio e continuar a existir fisicamente sempre será um lugar de memória e um gatilho para que essas memórias em torno do prédio e de suas relações se tornem vivas.

Nessa perspectiva, de compreender o patrimônio em importante relação com as memórias, Silva e Tourinho (2019) apontam como esse patrimônio edificado tem força de nos transportar a experiências temporais pretéritas, ainda que não sejam nossas experiências vividas, mas que são transmitidas e evocadas a partir desses lugares de memórias⁹⁹.

Para isso, Silva e Tourinho concluem que

É evidente que as ações de preservação do patrimônio não devem se limitar ao tombamento. O reconhecimento de valor sem a devida transmissão do significado do bem cultural juridicamente protegido carece de sentido...¹⁰⁰

Assim, percebemos que a própria falta de educação patrimonial fez com que o Museu fosse montado de uma forma que ignorasse a história que estava nas paredes do seu entorno. Indo mais adiante, apenas tomar o prédio também não é garantia de acesso à memória. Ainda que a edificação seja importante para a manutenção das memórias e que sirva de gatilho, é necessário que sejam

⁹⁸ BARREIRO, David; BOADO, Felipe Craido. EL PATRIMONIO ERA OTRA COSA. **Arqueologia y Antropología Surandinas**. Estudos Atacamenos, N° 45, 2013, p. 5 - 18.

⁹⁹ MACHADO, Mariana Busson et al. Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural. **arq. urb**, n. 25, p. 1-21, 2019.

¹⁰⁰ MACHADO, Mariana Busson et al. Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural. **arq. urb**, n. 25, p. 1-21, 2019, p. 114.

pensadas estratégias para garantir a manutenção física, inscrita na cultura material, mas também a dimensão simbólica, a cultura imaterial.

Ainda que o prédio tenha se tornado um Museu histórico, o edifício foi pensado apenas como lugar de guardar “objetos”, sendo ignorado um projeto de musealização do próprio prédio que poderia ter sido garantida de diferentes maneiras, tendo em vista que essa discussão foi encampada em diferentes momentos, quando dado os processos de tombamento.

Para o trabalho com as memórias em torno da Casa de Câmara e Cadeia do Crato, portanto, recorremos a história oral como fonte de pesquisa e método para nos aproximarmos dos sentidos (ou não-sentidos) atribuídos à cadeia e ao edifício, principalmente, as memórias que evocam relações que foram silenciadas pela história/historiografia da região e pelo acervo do Museu.

4.1 Lembranças de um “arremedo de prisão”

Para pensar as construções de memórias e narrativas em torno do prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato percorremos as memórias de sujeitos históricos que se relacionam de forma específica com essa edificação e as relações construídas em seu entorno, pois, como considera Arlette Farge “cada ator testemunha o que viu e a maneira singular pela qual se ligou ao acontecimento, improvisando seu lugar e seus gestos, com veemência ou hesitação conforme o caso”.¹⁰¹

Iniciamos, assim, pelas memórias de Seu Olival, que organiza boa parte de sua trajetória em torno do prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato a partir de episódios que ganham/ganharam sentidos diferentes em suas vivências, embora os dois momentos marcantes e narrados por ele tenham lugar de destaque em seus percursos.

Olival Honor de Brito, nascido em 10 setembro de 1931, é conhecido no meio intelectual cratense como cronista e poeta, mas vivenciou o cotidiano na cidade do Crato exercendo profissionalmente a função de Bancário no Banco do Brasil, embora também fosse advogado. Quando conversamos sobre suas memórias em torno do prédio da Antiga Cadeia do Crato, logo tratou de

¹⁰¹ FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2009.

transcorrer sua narrativa por meio da conversa que estabelecemos através de uma entrevista de história oral.

A minha memória da Cadeia Pública do Crato está presa a dois episódios ligados à minha vida e que tiveram uma grande importância para mim. Cada pessoa por menos importante que seja, como é o meu caso, tem sempre alguma coisa na vida que lhe dá quase que a razão, a própria razão de ter existido. O caso da cadeia do Crato para mim.¹⁰²

A Cadeia do Crato não apenas apareceu em suas memórias como lugar que desperta lembranças, mas como um elemento orientador de sua trajetória. É importante lembrarmos que em função da abordagem temática proposta na realização da entrevista, a Cadeia possa ter se redimensionado em sua narrativa, pois, como falar de suas memórias era falar de sua vida, implicou numa narrativa autobiográfica se remetendo a ideia de unidade, coerência e atribuição de sentidos, como compreende Maria da Glória de Oliveira¹⁰³. Nesse caso, a cadeia ocupa um lugar de atribuir razão em sua vida, mas é necessário destacarmos também a palavra “presa” usada para tratar da relação entre suas memórias e aquele prédio, que outrora ele próprio esteve em cárcere.

Assim, Seu Olival destacou que, naquele prédio

funcionou quando eu ainda estava estudando aqui no ginásio de Crato, lá pela década 1940, 50. Aliás, estudante mesmo na década de 40. É 40 e 50. Lá funcionava o fórum da cidade. E lá funcionava o corpo de jurados. Qualquer pessoa que tinha que ir ao júri para ser julgado de algum delito, funcionava lá no primeiro andar do prédio da cadeia. E então, nós tínhamos aqui, você já deve ter ouvido falar nele, o doutor Raimundo de Oliveira Borges, que tem casa ali ao lado da padaria P&C, advogado de luxo, nesse tempo ele era um jovem ainda, mas já muito famoso, e foi funcionar como advogado, no júri de uma senhora que supostamente teria assassinado um nascituro.¹⁰⁴

Dando continuidade à sua narrativa sobre esses primeiros contatos e as memórias mais antigas que consegue elaborar em torno da edificação destaca que

¹⁰² Entrevista realizada com Olival Honor de Brito, 2018, Residência do entrevistado, na cidade do Crato. 85 anos. Bancário Aposentado. Duração: 37 min. e 59 seg.

¹⁰³ Maria da Glória de Oliveira. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com Olival Honor de Brito, 2018, Residência do entrevistado, na cidade do Crato. 85 anos. Bancário Aposentado. Duração: 37 min. e 59 seg.

Ela engravidou, parece que não queria ter um menino. O fato é que teve a criança e a criança morreu. E ela foi acusada de ter sido a... [...] Ela foi acusada de ter matado a criança, né? E esse advogado famoso daqui foi... foi... parece que contratado para defendê-la. E o meu pai, como eu era um garoto muito estudioso, o meu pai me chamou e pediu que eu fosse assistir ao discurso, ou melhor, a atuação, desse advogado, doutor Borges, na defesa dessa mulher. O fato é que eu fui, ainda garoto, ainda nem sabia se ia ser ou não advogado. Acredito que esse fato teve uma certa influência no meu futuro.¹⁰⁵

Essa primeira referência de suas lembranças, que se relacionam com o prédio, está diretamente associada às próprias funções jurídicas e sociais para que aquela edificação foi pensada, pois, além de Cadeia, no andar de cima funcionavam atividades voltadas para o estabelecimento das leis e os julgamentos a partir delas. Entendemos, portanto, a partir das inferências narradas pelo próprio interlocutor que aquele lugar também foi um espaço de formação intelectual e cultural para a população da cidade do Crato e região. Ainda rememorando aquele acontecimento destacou,

Eu fui, gostei muito e tal, essa coisa. Então o prédio ali, o local, ficou gravado no meu inconsciente como um lugar de prelúdio cultural. Onde eu vivi com uma primeira emoção, assistindo a um discurso muito, muito bem feito, muito bonito e tal, essa coisa. Então, culturalmente... aquele prédio tem muito valor. Do mesmo jeito que aconteceu comigo, deve ter acontecido com muitas outras pessoas, cratenses ou não. Primeira coisa.¹⁰⁶

Seu Olival organizou sua narrativa/relação com o prédio de Câmara e Cadeia a partir de dois episódios, sendo que o primeiro era apresentado como sendo o primeiro contato com a edificação, mas foi principalmente pelas relações que se estabelecem ao seu entorno que ele atribuiu seu valor, pois como lembra, “culturalmente... aquele prédio tem muito valor”. Valor que também é determinante em suas escolhas de vida e percursos.

Se o primeiro episódio narrado foi organizado a partir de experiências que deixaram marcas positivas em suas lembranças, o segundo episódio a que Seu Olival recorre tem um efeito oposto. Pois,

¹⁰⁵ Entrevista realizada com Olival Honor de Brito, 2018, Residência do entrevistado, na cidade do Crato. 85 anos. Bancário Aposentado. Duração: 37 min. e 59 seg.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com Olival Honor de Brito, 2018, Residência do entrevistado, na cidade do Crato. 85 anos. Bancário Aposentado. Duração: 37 min. e 59 seg.

O segundo fato que marcou também muito a minha vida foi na época da famosa Revolução de 1964. Já vou falar... um golpe militar que houve aqui no Brasil, depois do presidente João Goulart, e nós passamos 20 anos num regime ditatorial-militar. Eu era, na época, líder sindical, funcionário do Banco do Brasil e presidente do sindicato dos bancários. E nessa época, por causa das minhas ideias de esquerda, eu fui indiciado num processo de uma espécie de IPM, inquérito policial militar. Aqui na região, todos os elementos de esquerda atuantes foram recolhidos à prisão e depois julgados, ouvidos, feito um inquérito, colheram informações e tal. Nós passamos, uns mais outros menos, cerca de 15 dias. Sendo que na cadeia aqui, eu passei apenas um dia. Porque o centro de concentração dos elementos da esquerda era no Juazeiro.¹⁰⁷

O fato de ter sido preso no prédio da Casa de Câmara e Cadeia do Crato implicou nas memórias de Seu Olival e na forma de organizar sua narrativa de si, pois, mesmo tendo passado apenas um dia preso naquele prédio esse episódio se relacionava de maneira assustadora e inquietante na sua história de vida. Pois, lembramos que esse episódio aconteceu no período da ditadura-civil militar, experiência que por si só já está relacionada com diversas memórias difíceis na história do Brasil. No entanto, era comum se falar de ditadura civil-militar no Cariri cearense como algo brando, pois, por ser longe dos grandes centros políticos, foi convencionado que nessa região não tinha havido perseguição, prisões e etc.

A partir do trabalho realizado por Fábio José Cavalcanti de Queiroz foi possível perceber que no Cariri cearense, sobretudo na cidade do Crato, houve sim presença do estado fruto do golpe e perseguição por parte de militares aos que manifestaram descontentamento com a situação política. Pois, como indicado por Fábio Queiroz,

Com o corte histórico representado pelo golpe de Estado de primeiro de abril de 1964, maçons (em menor medida) e comunistas (em maior medida) cratenses foram os alvos preferenciais do regime policialesco em processo de franca montagem. Por que maçons e não somente os comunistas? De um ponto de vista muito particular, em Crato maçonaria e comunismo estabeleceram laços suficientemente nítidos. Sobre isso, o depoimento de José de Brito Filho (2009) é elucidativo. Em suas palavras, “havia um entrosamento muito grande” entre membros das duas organizações e, nesse marco, embora “nem todo comunista fosse maçom e nem todo maçom fosse

¹⁰⁷ Entrevista realizada com Olival Honor de Brito, 2018, Residência do entrevistado, na cidade do Crato. 85 anos. Bancário Aposentado. Duração: 37 min. e 59 seg.

comunista”, o PCB quase sempre recebeu o apoio da maçonaria, ou, pelo menos, de parte dos pedreiros-livres.¹⁰⁸

Se os comunistas e os maçons eram os alvos dos policiais que faziam a vigília, entre os presos destacavam os que exerciam atividades profissionais nos bancos, caso de Seu Olival.

É válido um acrescentamento: entre os presos se destacaram aqueles cuja atividade profissional era desenvolvida em bancos e casas creditícias, principalmente no Banco do Brasil. José de Brito Filho era funcionário do Banco do Brasil desde 1957. Da mesma maneira que ele - eram bancários: José Kleber Callou, José Belchior Silva e Olival Brito. Nas alterações estruturais que ocorriam no país, uma das categorias que mais lutara pagava um alto preço pelas audaciosas ações do momento anterior. Desse segmento vieram cristãos leigos, maçons e comunistas, e cada um com seu jeito e seu modo de ação, de alguma forma, não acatou a imposição de ordem unida emanante do regime político discricionário.¹⁰⁹

O enfrentamento político ao regime em vigência no período transformava o exercício político em “crime”, fazendo com que líderes políticos fossem equivalentes à desordeiros. Esse tratamento tem lugar bem definido nas memórias de Seu Olival, que ainda depois de tantos anos, se mostrava indignado por ter sido levado à cadeia em que eram presos os arruaceiros que arrumam confusão nas ruas da cidade e/ou que se envolviam em roubos. Na condição de intelectual, da qual ser líder sindical de esquerda era uma de suas faces, foi preso por ter sido acusado de comunista.

As memórias que tinha estabelecido com o prédio quando jovem se transformaram depois de seu encarceramento. E embora diga que o prédio da Casa de Câmara e Cadeia quase nada mudou ao longo de todos aqueles anos, reforçou que aquele espaço não tem mais a vitalidade que tivera em outros tempos. Ao falar do prédio nos tempos atuais se refere ao mesmo como um “arremedo de prisão”, reforçando que embora muito deteriorado “para Museu tá

¹⁰⁸ QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista-1964-1985.** (Doutorado em Sociologia). 2010, p. 252-253.

¹⁰⁹ QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista-1964-1985.** (Doutorado em Sociologia). 2010, p. 261.

ótimo”, lugar em que o passado fica guardado, sem outras relações de abuso e/ou violência.

Essa compreensão decorre em função de sua própria fala. Para Seu Olival Honor, a experiência de ter sido preso deixou marcas que nunca foram cicatrizadas em suas lembranças, ter sido encarcerado ativa emoções que não falam apenas do enclausuramento do seu corpo, mas também de toda sua memória construída a partir daquele episódio: “é melhor matar”.

A relação de Seu Olival com essa edificação fala de lugares muito particulares a partir de sua experiência, reforçando o quanto esse patrimônio destravou memórias difíceis. No entanto, seguiremos com outras memórias em torno da Casa de Câmara e Cadeia, pois, o cotidiano da cidade envolve essas memórias e essas memórias invadem o cotidiano da cidade, de forma que essas relações difíceis às vezes se tornam anedotas, causos e crônicas orais compartilhadas pelos habitantes.

4.2 Cotidiano e memórias

Eu gostaria que esse Museu fosse reformado, que ele voltasse ‘pra’ gente ver alguma coisa nossa que nós perdemos muito! Perdemos muito com isso aqui! A minha história está gravada aqui! Entre essas paredes! Eu passei momentos tristes, mas eu também fui forte, graças a Deus, e suportei! No meio de todos aqueles presos, daqueles soldados, ali com eles. Tudo! (choro)¹¹⁰

As histórias envolvidas pelas largas paredes do prédio da Casa de Câmara e Cadeia do Crato marcaram/marcam as lembranças de muitos cratenses que vivenciaram diferentes experiências nessa cidade. Assim como na narrativa de Seu Olival, podemos perceber que Dona Zefinha Guerra construiu parte de sua narrativa a partir de um episódio de sua vida pessoal que se desenvolveu em parte na antiga Cadeia do Crato.

No trecho acima citato, Zefinha Guerra menciona o desejo de que o Museu fosse reformado, no intuito de que esse espaço pudesse garantir a oportunidade de outras pessoas terem contato com a história que está gravada naquele espaço, “entre essas paredes”, elaboração que se relaciona com a

¹¹⁰ Entrevista realizada com Zefinha Guerra, em 08 de outubro de 2015, no Museu Histórico do Crato. 72 anos. É aposentada. Duração: 15 min. e 58 seg.

função de cárcere que o prédio tinha inicialmente, no entanto, dessa vez o prédio como Museu, cárcere das memórias.

Ainda que ela própria tenha sido mantida presa na Cadeia, como veremos adiante, entende a importância de ter o prédio mantido como elemento de referência para as memórias individuais e coletivas construídas em torno da cidade. Para entendermos, portanto, como a história Zefinha Guerra cruza a história da Casa de Câmara e Cadeia nos aproximamos um pouco de sua narrativa.

Conheci Dona Zefinha Guerra em outubro de 2015, durante um dos meus turnos de trabalho enquanto estagiária do Museu Histórico. Dona Zefinha entrou com um de seus filhos, estava passando em frente ao prédio da Antiga Cadeia e resolveu entrar, dizendo que fazia muitos anos que não tinha ido mais naquele lugar. Ao ouvir essas suas indicações logo a interpelei perguntando se ela sabia algo sobre a Antiga Cadeia, foi aí então que disse que já tinha sido presa ali. Dado o meu interesse de mapear algumas memórias em torno daquele patrimônio, somados ao fato de uma mulher que havia sido presa, logo, convidei para uma conversa e entrevista, a qual ela rapidamente e prontamente aceitou. Até aquele momento eu não sabia de nenhuma mulher que havia sido presa naquela prisão, pois, as informações que eu tinha é de que algumas mulheres, ditas pelos entrevistados como “mulheres da vida” ou prostitutas, às vezes eram levadas para a cadeia para serem surradas no pátio e que em alguns casos ficavam detidas por um ou dois dias, isso em função de brigas que arrumavam e das desordens que causavam em alguns espaços. Mas ficaram detidas, não presas.

Figura 13 - Josefa Joana Da Conceição Guerra (Dona Zefinha Guerra).



Foto: Ricky Seabra. Crato. 2015.

Assim, fui juntamente com Dona Zefinha Guerra para uma das salas do Museu, uma antiga cela da cadeia vizinha ao calabouço, que servia naquele momento para expor alguns objetos do Museu Histórico. Na entrevista, que buscava recriar um pouco de suas memórias como prisioneira daquela cadeia, suas lembranças sobre os episódios foram quem deram início aquela saga e vieram à tona.

eu fui passar um São João no Lameiro e lá o rapaz se apaixonou por mim e eu nem queria! Era tão criança, sabe?! Aí, levei na brincadeira! Mas aí quando passou o São João eu cheguei em casa e contei para o meu pai, né, que tinha esse rapaz, que ele disse que ia lá em casa, aí o meu pai não quis que ele fosse. Porque disse que já conhecia ele, que ele era um preso, que tinha matado um rapaz e era amigo dele, etc... [...] E eu não me casei com ele, também eu não queria! Ainda vieram até aqui na cadeia para fazer o casamento. Procurar... parece que foi combinado. Passei bem quinze dias. Fui aqui presa!¹¹¹

¹¹¹ Entrevista realizada com Zefinha Guerra, em 08 de outubro de 2015, no Museu Histórico do Crato. 72 anos. É aposentada. Duração: 15 min. e 58 seg.

As memórias de Dona Zefinha vinham com muita ansiedade nas suas falas e davam a impressão de estarem apressadas para sair e justificar algo que estava em um inconsciente nem tão invisível assim. Segundo a entrevistada, ela foi presa porque mesmo não querendo se casar com o moço, ficou chateada com o pai por ele ter batido nela quando soube da história e então ela resolveu fugir para a casa do rapaz. Seu pai então que tinha muito prestígio na cidade, resolveu acionar a polícia para prendê-la na tentativa de evitar um possível casamento dela com o rapaz. Ela estava muito emocionada ao acessar aquelas lembranças dentro do lugar que vivera aqueles momentos ditos por ela durante a entrevista, tão sofridos. Vale a pena conhecer e entender um pouco mais sobre essa história nesses trechos narrados por ela,

Eu sofri! Meu pai foi com a ‘piliça’ me buscar no Lameiro, na casa da Dona, né.. Parenta lá da doutora lá do cartório do lugar, né. Do pessoal dos *(nome da família, qual preferi não expor)*. Eu aqui na cadeia eles fizeram tudo por mim. Mas não deixaram que acontecesse o casamento. Porque o meu pai estava sempre em cima, e o meu pai com as amizades que ele tinha aqui.. o velho Guerra, né!? O capitão que era de Fortaleza da Aeronáutica, né, amigo do meu pai. Ainda me visitou aqui na cadeia, me convencendo pra ir pra Fortaleza e eu não quis! Depois que saiu da mão do delegado foi para o juiz, né, aí pronto! Não podia mais me obrigar a sair daqui. Aí o juiz disse “não, deixa ela lá! Depois eu resolvo o problema dela!” Porque eu não queria voltar ‘pra’ a casa do meu pai, que eu sabia que o meu pai ia se vingar de mim, que ele já tinha batido em mim. Porque esse rapaz... ele disse que se eu fugisse ele me matava. Eu fui e disse “o senhor mata nada! Como o senhor não fez isso com fulana?!” Aí falei, né, na outra irmã que tinha fugido. Ele foi e disse... Ele partiu para mim e me bateu. Foi aí que ele me bateu! E o rapaz sabendo que ele tinha me batido, aí mandou a mãe e uma amiga, né, me roubar. Como a gente dizia antigamente “roubar”! E eu saí no ‘mei’ da rua brincando como uma criança só fazendo medo pra elas, né!? “Lá vem ‘Antôim’”, que era que era a autoridade, era o apelido de autoridade. Lá vem ‘Antôim’. Aí eu “ai, meu Deus”. Aí lá na frente “lá vem Joaquim”. Aí “ai, meu Deus”. “Zefinha, tu tá brincando?!” E eu fazia brincando mesmo, né, até chegar no matador aonde o ‘ônibu’ havia de passar ‘pra’ me ‘apanhar’. [Grifo meu].

Aí quando eu cheguei olhei, aí disse lá numa casinha que tinha assim com umas mulheres, aí eu disse “oxente, vocês num disseram que ele vinha pra gente ir ‘pra’ casa da Dona Fulana?” Aí.. “se ele não vier eu volto ‘pra’ casa”. “não mulher não faz isso não, que teu pai me mata!” Elas diziam “que vão saber que foi ‘nóis’” (risos) Aí deixa que quando se via que não, lá se vinha o ‘ônibu’. Quando o ‘ônibu’ parou ele vinha na porta do ‘ônibu’. Aí ele foi, me recebeu. Aí tinha uma senhora assim sentada numa

cadeira, né, ao lado, aí fez “a moça é essa?” aí ele disse “é”. “Senta aqui minha filha!” E eu me sentei do lado da janela. Era a Dona Fulana! ‘Bixinha’... nunca mais vi Dona Fulana! Sei nem se ela ainda vive. Aí minha filha sei que fui ‘pra’ casa dela! Lá fiquei até o outro dia pela manhã. No outro dia pela manhã meu pai foi atrás de mim com a ‘puliça’, cedinho já foi me buscar. Aí pronto! Aí lá passei esses dias que passei aqui na cadeia, depois me levaram, como diz o outro ‘escoltada’ para Fortaleza. Me levaram para o avião em Juazeiro, apanhei o avião em Juazeiro. E de Juazeiro me levaram para Fortaleza. Lá fique na casa desse capitão, né. Grande capitão que era amigo do meu pai, tenente, capitão, num sei quê.¹¹²

Essas entrevistas aconteceram ainda quando fui voluntária no Museu Histórico do Crato, no período que citei anteriormente. Na época, antes de vir o “despertar” para as memórias da cadeia, comecei a conversar com os visitantes do museu sobre a instituição “Museu do Crato” e a fazer algumas perguntas, como: o que eles sentiam ao visitarem aquele museu? O que mais lhes chamavam atenção ali? Por que eles tinham ido visitar aquele museu? E outras perguntas.

À medida que ia ouvindo as respostas das pessoas, fui notando que a grande maioria se voltava ao fato de aquele lugar ter sido uma cadeia e direcionavam suas falas para contar alguma história que elas ouviam e sabiam sobre a antiga cadeia. Isso me chamou atenção e fui dando importância a esse pedido intrínseco das pessoas de serem ouvidas e dar voz a um lugar que continha tantas histórias e relatos de vida.

Pelo prédio está situado em um local bastante central, onde as pessoas passavam diariamente para seus trabalhos, escolas e etc. muitas vezes era inevitável presenciarem alguns momentos de violência do cotidiano dos presos. Podia se ouvir os gritos e lamentos em momentos atroz, vê-los no pátio tomando banho de sol, ou mesmo dentro das celas através das grades do portão e janelas que davam para o quadro da praça e Igreja da Sé.

Figura 14: Pátio da antiga Cadeia do Crato.

¹¹² Entrevista realizada com Zefinha Guerra, em 08 de outubro de 2015, no Museu Histórico do Crato. 72 anos. É aposentada. Duração: 15 min. e 58 seg.



Foto: Rosy Laurentino (2017)

Abidoral: (...) Porque, afinal de contas eles ‘tavam’ afastados da sociedade, né. Por cometer muitas vezes crimes bobos, crime de necessidade de sobrevivência, de comer mesmo e a sociedade não entendia isso, né. Só entendia que eles eram criminosos. Havia também os crimes, os criminosos por cometer homicídio também, né. Eu sei que eu não me lembro de nenhuma pessoa importante presa aqui. Eu só me lembro de pessoa simples. E muitas vezes tinha... se batiam muito neles, né. Qualquer coisa o guarda batia. Tinha alguns guardas aqui que tinha fama de perverso mesmo. Era um tempo assim que foi bom ter se acabado. (risos) Tendeu?! ¹¹³

Abidoral Jamarú é cantor e compositor; ele nasceu no Crato em novembro de 1948 e mora na cidade até hoje. Disse que se lembra das histórias sobre a Cadeia de quando era muito pequeno, lá pela década de cinquenta. Por descuido dos guardas, ele conseguia entrar na cadeia com seus amiguinhos, só para matar a curiosidade de menino e ver de perto o que ocorria ali dentro, quando o guarda os flagrava, brigava com eles e eles saiam.

Com exceção da solitária, as janelas das celas da cadeia dão de frente para a vista da Praça e Igreja da Sé, uma área bastante movimentada e o ponto

¹¹³ Entrevista realizada com Abidoral Jamarú. Cantor, compositor. 68 anos. Entrevista cedida a Rosângela Laurentino Brito em 07 de maio de 2016, Crato, p.2.

marcado de passagem de todos que se movimentam pela cidade. Isso fez com que a interação da população com os presos, pudesse acontecer de várias formas. Os presos estavam detidos, mas não estavam socialmente isolados.

Em um sábado à noite do dia 07 de maio de 2016, estava na sala do calabouço quando o Sr. Abidoral adentra pela estreita passagem que dá acesso a cela e curiosamente estaciona logo na entrada. Ele olha o espaço, sem se deter aos objetos expostos, apenas olha o teto, os arredores, com os braços cruzados pra trás, um semblante misterioso e silencioso, seus lábios se mexiam fechados, chegando a expressar lamentação. Resolvi me aproximar e o cumprimentei, as suas atitudes ao entrar ali não me deixaram dúvidas de que as suas memórias se manifestavam com o impacto do lugar.

Em uma breve abordagem, perguntei o que estava o intrigando, pois o achei curiosamente pensativo e ele já foi falando que há muito tempo não entrava ali, disse: “aqui era a cadeia do Crato antigamente”. Eu tomada de empolgação, o interrompi e me apresentei como aluna do curso de História da URCA e que estava realizando uma pesquisa sobre a cadeia, perguntei se poderia conversar sobre o tema com ele e o mesmo aceitou. Logo tirei o gravador do bolso, sempre estava com ele prontinho pra gravar, ele gentilmente me cedeu à entrevista.

Em toda sua fala, o narrador não escondia o sentimento de lamentação e injustiça de tudo que viu e ouviu falar sobre a cadeia. Algumas vezes vinha com um caso engraçado e até bem curioso. O sentimento de injustiça que fortemente o expressou na fala, qual foi o principal motivo de eu escolher como título para esse ponto, foi:

Abidoral: Porque naquele tempo não existia direitos humanos. E eles passavam por cima de tudo isso. ‘Tendeu?’ Essas pessoas ‘ficava’... não tinha quem fosse por eles porque eles não eram de famílias tradicionais, não tinham cometido crimes hediondos, num sabe? Nem nada. Era muito era coisa mais simples. Então, a atitude da sociedade de mostrar que estava punindo os infratores terminava muitas vezes cometendo uma injustiça, né, porque essas pessoas eram mais carentes de uma reabilitação, ‘duma’ regeneração’, ‘duma’ chance. Realmente eram pessoas que não estudavam, não tinha estudo nem nada. Naquele tempo não se priorizava o ensino. Estudava quem queria e quem vinha de famílias pobres não tinha nem como estudar porque tinha que trabalhar. Então, terminava muitas vezes quando faltava as coisas a eles, eles apelavam para esse tipo de comportamento. É verdade que também, como eu falei, tinha os criminosos, o pessoal que cometia homicídio porque as

vezes por questão de machismo se matavam as mulher, né. As vezes por briga, por ciúme um homem matar outro, né. O homem sempre foi assim. O homem sempre matou muito, né. O homem mata o outro, mata a mulher. É difícil é a mulher matar outra pessoa, né. Mas sempre aconteceu isso. Hoje acontece de uma outra forma, né. Porque assim como o.. a “justiça” – entre aspas, se moderniza, também os apenados também evoluem, né. Vai acompanhando a coisa e continua essa luta infinda onde o problema não tá aí. Mostrou que esse problema da punição não funciona, ‘entendeu’? Nós temos é que reabilitar. ¹¹⁴

No início da sua fala, ele mostra uma noção da importância dos Direitos Humanos e destrincha as consequências da ausência desses direitos para os presidiários da cadeia do Crato na época. Sr. Abidoral nasceu no ano de 1948, e a cadeia foi transferida do primeiro prédio, qual tratamos, em 1972, nesse período ele ainda pôde presenciar muitos fatos da cadeia.

O sentimento da injustiça para com os presos da antiga Cadeia Pública do Crato, não só atingiu uma pessoa, todos que pude conversar sobre a cadeia era unanime a demonstração desse sentimento.

Como também na fala do Sr. Fernando Antônio Gino Feitosa, ele também é filho do Crato, nasceu em 1952 e pôde testemunhar muita coisa ali. Foi tipógrafo e morava quase em frente à cadeia, sua memória do lugar está datada a partir de 1961, segundo o mesmo.

Fernando: Tinha um doido Cesário, que não tinha quem desse nele, até que um dia parece que entrou um que bateu a poeira dele. Quer dizer isso tudo a gente sabia na cidade. **Porque naquele tempo não tinha negócio de direitos humanos não,** a pessoa apanhava mesmo, né. Apanhava, apanhava... e eu morei ali ao lado na rua... morei aí na Praça da Sé pra cá da igreja, onde hoje é a Clínica Bárbara de Alencar. ¹¹⁵ [Grifo meu].

Essa mudança não só alcançou a consciência individual, mas também coletiva, envolveu significados mais amplos, classes, grupos, facções (leis), que os reintegraram a realidade negada antes da falta de direitos humanos. As leis mudaram de acordo com a mudança de sentimentos das pessoas ou as pessoas mudaram de acordo com as alterações das leis?

¹¹⁴ Entrevista realizada com Abidoral Jamarú. Cantor, compositor. 68 anos. Entrevista cedida a Rosangela Laurentino Brito em 07 de maio de 2016, Crato, p.2.

¹¹⁵ Entrevista realizada com Fernando Antônio Gino Feitosa. Aposentado. 64 anos. Entrevista cedida a Rosangela Laurentino Brito em 14 de abril de 2016, Crato, p.1.

Fernando: É. Eu vi muita coisa aqui dentro. Não preso, né. Mas eu conheço a história porque passava aqui, porque vinha olhar os colegas. Quando um colega da gente era preso a gente conversava com eles da grade mesmo. Da calçada... (...) eles só ficavam aqui, né, sentados, conversado, comiam, a gente via eles comendo. Agora eles ficavam muito na grade pedindo né, dinheiro. Nessas grades eles ficavam pendurados, sentados e pedindo. Nas festas de setembro era 'chei', lotado eles na grade, na festa da padroeira. Foi mais por isso que a cadeia saiu daqui, né, porque.. pro pessoal não tá vendo, né, esse tipo de coisa. Muito deprimente a cadeia aqui, era muito deprimente.¹¹⁶

As janelas da cadeia davam para o quadro da Praça e Igreja da Sé, que era um ponto de principal movimentação da população da cidade. Além das missas que aconteciam na igreja, principalmente nos dias de domingo que lotava a praça, era ali onde as pessoas passavam diariamente para irem aos seus trabalhos e escolas. Era uma trajetória quase que obrigatória das pessoas.

É interessante perceber a relação da população cratense com os presos da antiga Cadeia. Quando pergunto a um dos entrevistados como era essa relação dele com os presos, ele me esclarece:

Fernando: Era normal! Não ligava não. Aqui no Crato nesse período que eu tô contando isso daqui tinha três, quatro ladrão. A gente sabia quem era, eu sabia quem era a família, não roubava dos amigos. Era engraçado, né. Hoje não. Hoje é as cadeias super lotadas porque... O pessoa dizia logo:

-O filho de fulana é ladrão!

Mas sim, naquele tempo também tinha um negócio de pelar a cabeça. (...) Quando era preso! Ladrão! (...) Só ladrão!

Rosangela: Eles pelavam aqui mesmo?

Fernando: Era. Aí pronto, quando ia pra rua aí o povo sabia que era ladrão porque pelava a cabeça. Hoje todo mundo anda de cabeça pelada, né.¹¹⁷

Pelar a cabeça que o Sr. Fernando fala, significa raspar todo o cabelo da cabeça, deixar o preso careca. Segundo ele, os Soldados eram quem raspava todo o cabelo e barba dos encarcerados, antes de soltar o recluso. Mas apenas os ladrões sofriam esse procedimento, por uma questão de identificação, para

¹¹⁶ Entrevista realizada com Fernando Antônio Gino Feitosa. Aposentado. 64 anos. Entrevista cedida a Rosangela Laurentino Brito em 14 de abril de 2016, Crato, p.4.

¹¹⁷ Fernando Antônio Gino Feitosa. Aposentado. 64 anos. Entrevista cedida a Rosangela Laurentino Brito em 14 de abril de 2016, Crato, p. 7.

que ao andar nas ruas, fossem reconhecidos pela população comum, como alguém que tinha sido preso por roubo.

Aqui, achamos relevante mencionar uma pergunta posta por Remo Bodei: “por que se esquece ou se renega, repentinamente o próprio passado?”¹¹⁸ Esquecer e lembrar, na dimensão social coletiva, é sempre uma escolha política, também se liga com “o gosto de uma época, e se insere socialmente a partir de determinadas hierarquizações sociais.” Mostra costumes, ritos, mitos e sentimentos de uma época que nos antecede e nos norteia mesmo que silenciosamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos nessa pesquisa que um bem cultural, como explica Ulpiano Meneses, é realmente um bem e ele tem um vínculo de subjetividade muito bom de se usar, mas esse vínculo se estabelece quando sentimos, vemos e usamos esse patrimônio com a sua importância devida e que essas experiências sejam vividas principalmente pelo povo que a pertence e convive aos arredores desse bem.¹¹⁹ Pois as ações que vem depois desses usos só tem sentido quando essas ligações acontecem.

A antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato foi ignorada pelo Museu Histórico não só pela falta de preparo e conhecimento patrimonial dos seus administradores, mas também pela falta de interesse em reconstruir uma história cratense que seja mais próxima aos problemas sociais do seu povo, tentando ainda manter superior a ideia de um lugar de intelectuais e de beleza, estagnando a cidade.

Diante de todos os relatos orais que mencionamos nessa pesquisa, dá para perceber que esconder esse lugar com a justificativa de que é um lugar de sofrimento e de dor e que não deve ser lembrado ou que ninguém se interessa, não dão sentido a história que o prédio por si só conta e intriga a quem passa por lá, só serve para distanciar as pessoas do seu lugar, por se sentirem

¹¹⁸ BODEI, Remo. **Livro da Memória e da Esperança**. Bauru - São Paulo: Edusc, 2004, p. 44.

¹¹⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais da cultura”: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3a Ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 97.

excluídas, não representadas e não sujeitas da história da sua cidade, construindo na população um distanciamento de interesse sobre o patrimônio edificado.

Existe uma ausência de um planejamento direcionado ao que fazer com um patrimônio difícil. É preciso uma melhor preparação e educação patrimonial dos “guardadores” jurídicos desse patrimônio. E em sequência é preciso encontrar um sentido de funcionalidade desse patrimônio tornando esse lugar “produtivo” para toda a população. E essa funcionalidade tem que ser reconhecida pelas pessoas que ocupam esses lugares, que “bebem” e vivem o presente que resulta do passado daquele lugar. É preciso que o silenciamento das vozes e histórias sobre a antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato seja quebrado e que esse lugar de memória seja apresentado e posto a experimentações de sentimentos e sensações, seja ela de dor, de descobrimento, de medo, ou de alguma curiosidade, para que esse patrimônio dissonante possa ser entendido, respeitado, (re)significado e usufruído pelos que fazem sua história no dia a dia. Somente uma inteiração mais significativa e concreta fará com que o patrimônio seja preservado e entendido como importante pelo povo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 14, n. 1, p. 17-35, 2012.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006;

ARAUJO, Cristiano da Silva. **Comunicação museológica e pública no Museu Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Cachoeira-BA**. Monografia (Graduação em Museologia), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.

BARREIRO, David; BOADO, Felipe Craido. EL PATRIMONIO ERA OTRA COSA. **Arqueologia y Antropologia Surandinas**. Estudos Atacamenos, N° 45, 2013, p. 5 - 18.

BARRETO, Paulo Thedim. “Casa de Câmara e Cadeia”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N°11. S/D. 2012.

BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. **Oralidade, memória e tradição nas narrativas de assombrações na região do Cariri**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BODEI, Remo. **Livro da Memória e da Esperança**. Bauru - São Paulo: Edusc, 2004, p. 44.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. **Estudos Avançados**, v. 9, p. 309-322, 1995.

BRAINER, Juliana Barroso Neve. Tombamento temático das casas de câmara e cadeia do estado do Pernambuco. 1er. **Congreso Iberoamericano y VIII Jornada “Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio”** 10 y 11 de Septiembre de 2009 – La Plata, Buenos Aires, Argentina.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. v.1. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. v.2. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGAS, Mario. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 31, 2005, p. 24.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Ellen Brasil et al. Casa de câmara e cadeia: memória enraizada e a preservação do patrimônio no município de Portalegre/RN. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 38628-38638, 2021.

DA SILVA SANTOS, Arthur; DA SILVA, Lorraine Gomes. CASA DE CÂMARA E CADEIA (MUBAN) DA CIDADE DE GOIÁS: INCLUSÃO E ACESSO AO

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 7, n. 1, p. 15-29, 2018.

FARGE, Arlete. O sabor do arquivo. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2009.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraez de. A Casa de Câmara e Cadeia do Crato. **A Província**, Crato, n.31, 2013.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p. 36.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. 35ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima. **Musealização do Patrimônio Arquitetônico**: Inclusão Social, Identidade e Cidadania. Museu Vivo da Memória Candanga. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Memória em rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, dez. 2015.

GURGEL, Ana Paula C.. Crato. A cidade que não quer ter patrimônio. Minha Cidade, São Paulo, ano 13, n. 148.02, **Vitruvius**, nov. 2012.<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.148/4567>>.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2ª ed. Fortaleza: Premium, 2011.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.12.
LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

LOGAN, W.; REEVES, K. (Org.) Places of pain and shame. Dealing with difficult Heritage. London/New York: Routledge, 2009.

MACHADO, Mariana Busson et al. Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural. **arq. urb**, n. 25, p. 1-21, 2019.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENEGUELLO, Cristina; PISTORELLO, Daniela. Apresentação-Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, p. 4-11, 2021, p. 6-7.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, 1983, p. 103- 117.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais da cultura”: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3a Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, v. 1, p. 25-39, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Flávia de Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 121-147. set.-dez. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017.

PINHEIRO, Irineu. O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes. – Ed. fac.sim. – Fortaleza: FWA, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212;

POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3,1989, pp. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu**. Porto Alegre: EST Edições, 2001, p. 10.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista-1964-1985**. (Doutorado em Sociologia). 2010.

REDE, Marcelo. História e cultura material. **Novos domínios da história**, v. 1, p. 133-150, 2012.

SANTOS, Milton; SEABRA, Odette Carvalho de Lima; CARVALHO, Mônica de; LAITE, José Corrêa. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2001. Acesso em: 15 jun. 2023.

SILVA, Maria Icleide Viana da. **História dos militares na cidade de Crato: Tropas, Milícias e Ordenanças (1718 – 1870)**. Orientadora Laura Franch Schimidt da Silva. São Leopoldo: EST/PPG, 2014. Dissertação de mestrado.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI**. Tese (Doutorado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, 2011.

ZUCHINI, Vitor de Paiva. **Educação Patrimonial e Ensino de História:** uma discussão em torno da patrimonialização federal da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia e as narrativas expositivas do Museu Municipal João Batista Conti. 2021.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acessado dia 03/04/2022.

<https://institutoculturaldocariri.com.br>. Acesso em: 08/06/2021.

<https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/04/tombamento/> . Acessado em 30/06/2022.

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/museu-do-crato-padece-com-os-efeitos-do-tempo>

APÊNDICE

- ENTREVISTA REALIZADA COM ABIDORAL JAMACARU, EM 07 DE MAIO DE 2016, NO MUSEU HISTÓRICO DO CRATO. 68 ANOS. É CANTOR E COMPOSITOR. DURAÇÃO: 15 MIN. E 11 SEGS. QUANTIDADE DE PÁGINAS: 6.

- ENTREVISTA REALIZADA COM FERNANDO ANTÔNIO GINO FEITOSA, EM 14 DE ABRIL DE 2016, NO MUSEU HISTÓRICO DO CRATO. 64 ANOS. É APOSENTADO. DURAÇÃO: 18 MIN. E 37 SEGS. QUANTIDADE DE PÁGINAS: 7.

- ENTREVISTA REALIZADA COM ZEFINHA GUERRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 2015, NO MUSEU HISTÓRICO DO CRATO. 72 ANOS. É APOSENTADA. DURAÇÃO: 15 MIN. E 58 SEGS. QUANTIDADE DE PÁGINAS: 5.

- ENTREVISTA REALIZADA COM OLIVAL HONOR DE BRITO, 2018, RESIDÊNCIA DO ENTREVISTADO, NA CIDADE DO CRATO. 85 ANOS. BANCÁRIO APOSENTADO. DURAÇÃO: 37 MIN. E 59 SEGS.

- BRÍGIDO, JOÃO. A CADEIA DO CRATO. JORNAL O ARARIPE, CRATO, 21 JUL. 1855. P, 3.

- BRÍGIDO, JOÃO. O CEARENSE. 6 DE SETEMBRO DE 1853. COLEÇÃO DIGITAL – MEMÓRIA.BN.BR - EDIÇÃO 00660, P. 4.

- LANDIM, VASQUES. OFÍCIO/REQUERIMENTO DE PRÉDIOS DA CIDADE DO CRATO-CE. PROCESSO DIGITALIZADO - VOLUME VOL_1_PARTE_1 (0395523) SEI 01458.000097/2013-78 / PG. 13

- PROCESSO DIGITALIZADO - VOLUME VOL 1 PARTE 1 (SEI Nº 0395523) P. 13). [PARECER TÉCNICO 68 (2854933) SEI 01458.000097/2013-78 / PG. 202].

- SECULT/CE. DESCRIÇÃO FÍSICA DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DO CRATO. ARQUIVO DO PROCESSO DE TOMBAMENTO ENVIADO POR E-MAIL MEDIANTE PEDIDO. DISPONIBILIZADO EM 14 DE JUNHO DE 2022.